

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME PRADO DE CARVALHO

A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS LGBT NO CONGRESSO NACIONAL: A CRISE DA  
LAICIDADE ESTATAL E A INSERÇÃO DO RELIGIOSO NO ÂMBITO POLÍTICO

CURITIBA

2015

GUILHERME PRADO DE CARVALHO

A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS LGBT NO CONGRESSO NACIONAL: A CRISE DA  
LAICIDADE ESTATAL E A INSERÇÃO DO RELIGIOSO NO ÂMBITO POLÍTICO

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel no curso de  
graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado

Coorientador: Prof. Me. Leandro Franklin Gorsdorf

CURITIBA

2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

GUILHERME PRADO DE CARVALHO

**A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS LGBT NO CONGRESSO NACIONAL: A CRISE DA  
LAICIDADE ESTATAL E A INSERÇÃO DO RELIGIOSO NO ÂMBITO POLÍTICO**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel no curso de graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado  
Orientadora – Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

---

Prof. Me. Leandro Franklin Gorsdorf  
Coorientador – Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

---

Profa. Dra. Estefânia Maria de Queiroz Barbosa  
Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

---

Profa. Dra. Melina Girardi Fachin  
Setor de Ciências Jurídicas da UFPR

Curitiba, 13 de outubro de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

Talvez a parte mais simbólica do trabalho de conclusão de curso seja a hora de escrever os agradecimentos. Trata-se de manifestar gratidão e reconhecer que chegar na reta final do curso é fruto do apoio de pessoas que, em maior ou menor grau, me ajudaram a lidar com as adversidades erigidas no decorrer do ciclo que encerra este ano.

Primeiramente, gostaria de agradecer todo o apoio da família Carvalho que de todas as maneiras me ampararam, em especial aos meus pais, Silvio de Carvalho e Rita de Cássia Prado Carvalho, e aos meus tios – que igualmente considero meus pais – Silvete de Carvalho Machado, e José Lúcio Machado, guerreiros que sempre estiveram à disposição para me dar apoio e conforto.

Ainda, um agradecimento especial à matriarca da família Doralinda Leite Rodrigues, minha avó, cuja ajuda e carinho foram determinantes à minha estadia em Curitiba.

Igualmente aos meus tios Sirley Sampei e Masaki Sampei pelo apoio, interesse e camaradagem em relação à minha pessoa. Sou um sobrinho muito grato por ter partilhado e ainda partilhar momentos tão felizes com vocês.

Ademais, dedico o presente trabalho ao meu primo Felipe Thiago de Carvalho Machado pela construção de uma impensada amizade e que me trouxe muita satisfação. Apesar dos meus lapsos e de ficarmos algum tempo sem lhe visitar, a minha consideração subsiste. Outrossim, não posso esquecer de sua companheira Marta Bombardelli, uma nova prima que igualmente deu suporte e acolhida em Curitiba.

Passando à família do coração, agradeço minha amiga e irmã Sueli Satiko Guenca Kayo, um dos meus primeiros contatos na Faculdade de Direito da UFPR e que quando conheci já tive a certeza que seríamos muito amigos. Apesar dos impensados arranca-rabos advindos de personalidades tão opostas, sempre tentamos modificar os traços modificáveis e compreender os imodificáveis, razão pela qual nossa amizade é tão forte, quase um casamento, pois na alegria, na tristeza, no ódio e no amor. Apesar de algumas horas não querer olhar na sua cara, te amo incondicionalmente e sempre prezarei pelo seu bem-estar.

Por conseguinte, agradeço Janyne Emanuella Klein Pagliarini, amiga e irmã que chegou na minha vida alguns anos depois mas que se tornaria outro grande

suporte na minha vida. Obrigado não só pelos cafezinhos, almoços e jantares feitos por você com muito carinho aos seus amigos mas também pelas risadas, conversas, sermões e conselhos que me fazem sempre uma pessoa melhor, mesmo que o desapego de certos hábitos seja algo custoso. Igualmente, meu amor por você é incomensurável.

Aproveito o momento para agradecer aos respectivos pais, Suetugu Kayo, Lidia Kayo, Jane Pagliarini e Sérgio Pagliarini por me acolherem em suas casas como se filho fosse. Tendo em vista a distância territorial em relação ao meu núcleo familiar, é um tanto quanto reconfortante partilhar de certos momentos com vocês. Muito obrigado por tudo!

Agradeço também ao Diogo Cavalheiro, inicialmente um desafeto mas que felizmente tornou-se um excelente e sincero amigo para a vida toda. Confesso que estar na sua companhia me traz tranquilidade, talvez em razão do seu aspecto sereno e das palavras confortantes nos momentos de frustração.

Como a vida é muito engraçada, agradeço à Samuel Bologna e Felipe Greggio, calouros e amigos que surgiram na minha vida aleatoriamente e fazem da nossa república um lugar em que me sinto em casa, protegido e acolhido. Cada um do seu jeito e, apesar das diferenças, a convivência análoga a de irmãos me traz muita satisfação. Obrigado também por ouvirem minhas lamúrias e reclamações – que não são poucas –, pelas risadas e pelos conselhos, sermões e conforto.

Ao Samuel, um obrigado pelas discussões filosóficas, pelas risadas, pelos filmes, pelas cantorias de músicas brega, pelos cafezinhos da tarde e outros inúmeros momentos divertidos.

Ao Felipe, não só agradeço pelos conselhos e discussões, mas um obrigado pelo voto de confiança e pela abertura que dada no presente ano.

Um agradecimento ao meu amigo Felipe Souza Gonçalves que com esse jeito irresponsável e louco de ser – às vezes um tanto quanto preocupante – conquistou minha amizade e faz meus dias mais alegres e cômicos.

Agradeço ainda à amiga Ana Flávia Nascimento pela amizade e lealdade construídas desde o início da faculdade. Você é a prova de que a amizade é um vínculo de afeto que vai além do convívio físico diário.

Igualmente, agradeço ao meu amigo Thiago Dolberth pela amizade construída durante esses anos e pelas palavras amigas neste último ano.

Um muito obrigado à minha amiga Gabrielle Stricker do Valle que ano a ano foi se tornando uma boa amiga e que me traz conforto com o seu jeito carinhoso de ser.

Igualmente, agradeço a amizade de Guilherme Cantero Nunes, o reclamão mais legal dessa faculdade e por quem alimento um enorme afeto e sempre foi uma excelente e agradável companhia durante os cinco anos de faculdade.

Ademais, não poderia de lembrar de Robson Maia, meu ex-colega de estágio que se tornou meu amigo nessa caminhada. Apesar da correria e do distanciamento físico, saiba que considero muito não só a sua amizade como a sua lealdade, demonstrada em incontáveis ocasiões. Enfim, um muito obrigado!

Também não posso esquecer à surpresa do ano: Lucas Henrique Muniz. Obrigado pela amizade desenvolvida no decorrer do presente ano, das confidências, das ideias para o desenrolar do presente trabalho e da lealdade. Espero que essa amizade transcenda os espaços da faculdade e do estágio que partilhamos.

Ao ex-colega e amigo, Vitor André Brandão Muller pela parceria durante o tempo de estágio no escritório, por me socorrer nos prazos fatais da monografia e pelas problematizações realizadas acerca do presente trabalho.

Aos meus amigos de tempos, Erick Dantas e Karine de Mentzingen Gomes, obrigado por todos esses anos de amizade e carinho. Espero que venham muitos anos pela frente!

Por fim, agradeço aos meus amigos conterrâneos Ivan de Souza Neto, Pedro Henrique Martins e Anderson Duarte, cujas amizades subsistem mesmo com minhas idas esporádicas à Minas Gerais.

Ainda, agradeço aos colegas e ex-colegas do Escritório Xavier Vianna Bockmann Moreira não somente em razão do meu desenvolvimento profissional mas também pelas amizades ali construídas.

Primeiramente à Mariana Kato que, apesar do pequeno tempo de convivência, não só foi quem me possibilitou ingressar naquele espaço mas partilhava de um inexplicável sentimento de lealdade e respeito desde o início.

Ademais, agradeço à Heloísa Conrado Caggiano e aos professores Egon Bockmann Moreira e Bernardo Strobel Guimarães, tutores que me fizeram despertar o gosto pela advocacia e que seguramente foram peças fundamentais ao meu desenvolvimento intelectual e profissional.

Agradeço também aos estagiários e ex-estagiários do escritório— que unidos jamais serão vencidos! — que fazem e fizeram as minhas tardes mais alegres e divertidas: Thais Lazzarini Mantelli, Mateus Graner, Vitor André Brandão Muller, Lucas Henrique Muniz, Thiago Ramos Leandro, Ivan Holanda, Yasmin Lemes, Victória Floriano, Ângelo Cristofori e Rafaella Peçanha Guzella. Isto sem contar um agradecimento à Luciana e Anitta que fazem o nosso café de cada dia, bem como à Thaís e Ângela.

Gostaria ainda de agradecer aos membros do projeto de extensão Concretizando Direitos LGBT, em especial nos nomes da amiga Priscila Vilani, por quem nutro um enorme carinho e admiração, e professor Leandro Franklin Gorsdorf, coordenador do projeto e co-orientador, à quem devo muito do meu conhecimento sobre as questões das minorias sexuais e que serviu de pontapé ao desenvolvimento do presente trabalho. Apesar de se tratar dos agradecimentos, aproveito para desejar aos novos membros e calouros, Jairo Lemos e Thiozer Nunes, uma excelente trajetória acadêmica e que façam a diferença no projeto.

Um agradecimento especial à minha orientadora professora Eneida Desiree Salgado por comprar a ideia do presente trabalho. Apesar dos prazos que me deixavam de cabelo em pé, agradeço a paciência e o comprometimento com este singelo trabalho que no seu desenvolvimento tomou contornos inesperados e interessantíssimos. Quem sabe ainda não tope uma nova empreitada na pós-graduação?

Um muito obrigado também aos salvadores dos alunos que precisam de xerox, Elaine e Emerson, pessoas guerreiras e atenciosas que, ao menos para mim, sempre estão num dia bom e me contaminam positivamente com isso.

Às demais pessoas que contribuíram para todo esse processo, um muito obrigado. Infelizmente não tenho muito espaço para nominar todos mas não por isso sou menos agradecido.

“Um povo que não possua, em sua organização política, um Legislativo que efetivamente o represente, e que encarne valores políticos definidos, não será um povo politicamente desenvolvido. Pode-se dizer, modificando a frase clássica, que cada povo tem o Legislativo que merece. Isto não significa, porém, que povo algum como tal deva ter Legislativos caricatos ou nulos; significa que é através de uma conscientização adequada que um povo chega a ter um Legislativo adequado. O “merecimento” aí não corresponde propriamente a virtudes intrínsecas à índole do povo, mas ao alcance de um processo de politização”.

Nelson Saldanha



## RESUMO

Dada a obstrução à concretização dos direitos LGBT pelo Congresso Nacional, constata-se a manifesta violação ao Princípio do Estado Laico e, reflexamente, inúmeros outros preceitos fundamentais insertos na Constituição Federal. Em uma sociedade em que convivem sujeitos das mais distintas crenças, bem como pessoas que não professam nenhum credo, a laicidade figura como ferramenta que permite o tratamento de todos com análogo respeito e consideração. O presente trabalho objetiva promover o debate que circunda a temática dos limites da atividade parlamentar no Brasil em observância do Princípio do Estado Laico que, quando de sua ofensa, implica em expressiva restrição à concretização dos direitos LGBT. Inicialmente, buscou-se fornecer fundamentos teóricos a fim de que se compreenda a inteligência do princípio da laicidade estatal em sua concepção tradicional, bem como de seus conceitos conexos. Após esse conjunto de teorizações, passou-se à análise do Estatuto dos Congressistas com o objetivo de evidenciar as prerrogativas por eles ostentadas. Uma vez traçadas as limitações à atividade parlamentar, procedeu-se à análise dos Regimentos Internos das câmaras componentes do Congresso Nacional de modo a evidenciar contradições entre o texto regulamentar e a laicidade estatal. Feito isto, operou-se o estudo de algumas proposições legislativas que restringem os direitos das minorias sexuais, cujas justificativas usualmente circundam a temática da proteção da entidade familiar exclusiva e patriarcal. Assim, das constatações sobre a manifesta influência religiosa no Poder Legislativo, emergiu o seguinte questionamento: em razão da influência da religião no Poder Legislativo na esfera política, a interpretação que se faz ao princípio da laicidade estatal não seria obsoleta? Tendo isto em vista, passou-se a questionar as bases tradicionais da teoria da secularização, haja vista a superveniência de fenômenos contemporâneos que a botam em cheque. Igualmente, objetivou-se problematizar se a inclusão ou não das entidades religiosas no espaço político poderia funcionar como um incentivador do debate das questões LGBT em razão da existência de instituições religiosas dissidentes que teriam o papel de fomentar o debate. Por fim, em razão de uma intuição erigida no decorrer do trabalho, optou-se por uma tímida construção do que poder-se-ia denominar de “laicidade militante”: trata-se do fenômeno que contrapõe o avanço do conservadorismo na contemporaneidade mas que, ao exacerbar o princípio do estado laico, acaba por minar as demais garantias constitucionais.

Palavras-Chave: Laicidade – Constituição – Congresso Nacional – Religião – Fundamentalismo – Secularismo – Direitos Humanos – LGBT – Democracia Militante

## **ABSTRACT**

The Brazilian congress is obstructing the effectiveness of human rights related to LGBT movements. Therefore, it is perceived a violation of the principle of secularism, reflecting on the disrespect of various constitutional provisions. In a society that is composed by subjects of different beliefs, or none at all, secularism stands as an important tool that allows the equality of treatment of individuals, with the same respect and consideration. The present monograph intends to promote the debate regarding the limits of parliamentary activity in Brazil and the principle of State's Secularism ascribed in the constitution, the latter, when disrespected, impose an expressive restriction to the effectiveness of human rights related to LGBT movement. Firstly, it is composed a theoretical foundation of the principle of secularism, contemplating its traditional design and correlated concepts. After the theoretical approach, it is analyzed the Congressmen's Statute in order to highlight the prerogatives they are subjected to. Given the limitations to parliamentary activity, it is preceded with the analyses of the Internal Regulations of the Congress' houses, in order to identify contradictions between the regulatory text and states secularism principle. It is also studied some legislative proposals that restrict the rights of sexual minorities, usually justified by the protection of exclusive and patriarchal family unit. Thus, in spite of these parliamentary prerogatives, it was possible to identify religious influence in the legislative, giving rise to the question: as a result of the influence of religion in the legislative power, in the political sphere, wouldn't the interpretation about the Secular State's principle be obsolete? Next step was to question the traditional bases of the secularization's theory, given the occurrence of contemporary phenomena that lays in check. Likewise it was questioned whether the inclusion or not of religious entities in the political space could act as a promoter of debate on LGBT issues, given the existence of dissenting religious institutions that have the role of stimulating debate. Finally it was made the construction of what could be called "militant secularism" as the phenomenon that opposes the advance of conservatism in contemporary times but by exacerbating the Secular State's principle, ends up undermining other constitutional guarantees.

**Keywords:** Secularism – Constitution – Congress – Religion – Fundamentalism –Human Rights– LGBT – Militant democracy

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 O PRINCÍPIO DA LAICIDADE ESTATAL .....</b>	<b>16</b>
2.1 A LAICIDADE ESTATAL: HISTÓRICO E CONCEITOS CORRELATOS ...	18
2.2 O PRINCÍPIO DO ESTADO LAICO NO BLOCO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO .....	21
2.3 BRASIL: ESTADO LAICO OU TOLERANTE? .....	30
<b>3 ATIVIDADE PARLAMENTAR E DISCURSOS EXCLUDENTES .....</b>	<b>35</b>
3.1 O ESTATUTO DOS PARLAMENTARES: A IMUNIDADE E A LIBERDADE PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO .....	37
3.2 O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA E DO SENADO E O CULTO EM SUAS DEPENDÊNCIAS .....	41
3.3 PROJETOS LEGISLATIVOS E RESTRIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS LGBT .....	43
<b>4 A RESSIGNIFICAÇÃO DA LAICIDADE: OS FENÔMENOS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>53</b>
4.1 O FENÔMENO DA POLITICAÇÃO REATIVA .....	57
4.2 A IGREJA CONSERVADORA E AS SUAS DISSIDÊNCIAS .....	62
4.3 A REAÇÃO AO AVANÇO DO FUNDAMENTALISMO: A LAICIDADE MILITANTE .....	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As reivindicações de cunho jurídico-social têm tomado cada vez mais espaço na agenda do movimento LGBT brasileiro, que coloca em pauta questões como o direito ao reconhecimento legal de relações afetivo-sexuais, a adoção conjunta de crianças, o pleno exercício da orientação sexual e/ou gênero em espaços comuns, bem como o seu reconhecimento legal, entre outros.

Inobstante à ampliação de direitos no âmbito do Judiciário e à implementação de políticas públicas nacionais e estaduais, o Poder Legislativo Federal resta omissos em relação à concretização desses direitos – isto quando, não raramente, legisla a fim de restringi-los. A inexistência de lei relevante que promova a concretização dos direitos LGBT é produto do tanto do imobilismo quanto do conservadorismo que se mostram presentes no Congresso Nacional.

Isso se explica, em grande parte, pela influência de bancadas, especialmente a evangélica e a católica, cujos parlamentares, adeptos de doutrinas cristãs, têm posicionamentos convergentes no sentido de mitigar, senão extinguir, os direitos da comunidade LGBT.

Dentre os inúmeros projetos propostos, figura como exemplo o pioneiro projeto de lei federal proposto pela ex-Deputada Marta Suplicy (PT-SP) em 1995, que almejou regular a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Na justificativa, a deputada invoca as resoluções do Conselho Federal de Medicina e da OMS a fim de desconstruir a ideia da homossexualidade enquanto desvio ou transtorno sexual, bem como de promover o suprimento desta lacuna no ordenamento pátrio e “estender” aos homossexuais os direitos ostentados por companheiros heterossexuais. Trata-se aqui tão somente da concretização do Princípio da Igualdade disposto na Constituição Federal Brasileira.

O projeto, no entanto, ainda foi modificado em diversos pontos, inclusive substituindo-se o termo “união” por “parceria”, de modo a suavizar a ideia do vínculo afetivo. O substitutivo apresentado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolveu maior detalhamento quanto às questões patrimoniais em voga, inclusive as que tratam de herança. Por outro lado, ocorreu a inclusão de um parágrafo em um dos artigos do projeto em que são vedadas quaisquer disposições sobre adoção,

tutela ou guarda de crianças e adolescentes em conjunto e, portanto, reforçando a impossibilidade de adoção por casais homossexuais e intensificando a negativa quando da avaliação nos casos de adoção unilateral realizada por homossexuais.

A inclusão do supracitado dispositivo explicita a tensão existente deste projeto entre o reconhecimento das uniões homossexuais e o instituto da família que, por sua vez, é eivado de valores morais e religiosos. Neste sentido, invocam-se as justificativas do Projeto de Lei nº 5167/09, que objetiva a restrição de direitos da classe LGBT em detrimento de valores conservadores: “Independentemente de qualquer credo, buscando os registros da história da humanidade, verifica-se que nenhuma sociedade subsiste, ou subsistiu, sem a célula mater denominada família. Por outro lado, todas as sociedades que foram extintas, o foram devido à perda dos valores morais e familiares”. E segue ao afirmar que “O Brasil, desde sua constituição e como nação cristã, embora obedeça ao princípio da laicidade, mantém, na própria Constituição e nas leis, os valores da família, decorrentes da cultura de seu povo e do Direito Natural”.

Outrossim, os parlamentares contrários ao projeto retratam-no pejorativamente, como a consagração do “casamento gay”, uma verdadeira “aberração”, nas expressões do ex-Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PR). O projeto, incluído em pauta várias vezes, em nenhum momento foi efetivamente votado, dada a impossibilidade de aprovação do mesmo. Evidencia-se que a intensa resistência parlamentar ao projeto relaciona-se intrinsecamente com iniciativas de grupos e instituições religiosas, no sentido de impedir a aprovação de quaisquer projetos que envolvam questões morais-religiosas.

Dada a obstrução da concretização dos direitos LGBT, constata-se a manifesta violação ao Princípio do Estado Laico<sup>1</sup> e, reflexamente, inúmeros outros preceitos fundamentais insertos na Constituição Federal. Em uma sociedade em que convivem sujeitos das mais distintas crenças, bem como pessoas que não professam nenhum credo, a laicidade figura como ferramenta que permite o tratamento de todos com análogo respeito e consideração. Assim sendo, o apoio pelo Estado de qualquer posicionamento religioso implica em injustificado tratamento

---

<sup>1</sup> A laicidade estatal, princípio consagrado sob a égide da Constituição Federal de 1891 e desde então reproduzida nos diplomas constitucionais subsequentes, opera em duas direções: (i) promove a tutela de inúmeras confissões religiosas do risco de ingerências abusivas do Estado nas suas questões internas e; (ii) tutela o Estado das influências indevidas decorrentes do espaço religioso, evitando a confusão entre o poder secular e democrático.

desfavorecido em relação àqueles que não adotam o credo privilegiado, que são movidos a compreender-se como “cidadãos de segunda classe”, fato este inaceitável.

Tendo em vista a relevância da questão, bem como o reduzido número de documentos acadêmicos elaborados no âmbito jurídico nacional, o presente trabalho objetiva promover o debate que circunda a temática sobre o incremento do movimento religioso conservador no Congresso Nacional e os impactos deste fenômeno – não só em relação à obstrução da pauta das minorias sexuais, mas também no que toca ao que se entende por laicidade estatal.

Para a consecução do presente trabalho, inicialmente procedeu-se à construção do conceito de laicidade estatal até o momento em que assumiu a forma de um princípio constitucional presente na maioria dos diplomas nacionais, supostamente geridos por uma efetiva democracia. Em razão da abrangência das teorizações no que toca esta conceituação, fez-se necessário realizar um corte metodológico a fim de fornecer os mínimos elementos necessários à compreensão da questão e à posterior problematização.

Por conseguinte, passou-se ao desenvolvimento deste conceito no âmbito das constituições brasileiras, cuja análise evidenciou que o Estado brasileiro afirma-se laico apesar da presença de dispositivos que sugerem a cooperação entre Estado e entidades religiosas. Ao fim do capítulo, a partir não só de teorizações mas de um exame de cognição sumária tentou-se verificar se no plano dos fatos o Brasil seria efetivamente um Estado laico.

Superadas as questões relacionadas à institucionalização da laicidade estatal no âmbito nacional, decorrência lógica seria proceder-se ao estudo do instituto da representação política com o fito de entender os fatos que ensejam a obstrução dos direitos das minorias sexuais no âmbito do Poder Legislativo. Em razão, contudo, de uma intuição erigida durante o presente trabalho, o enfoque passou a ser o estudo do estatuto dos congressistas. Ora, ao invés de analisar a questão sob a ótica da democracia porque não a partir da estruturação interna do Congresso Nacional? Conforme se verá adiante, a análise desta estrutura permitiu observar o avanço do conservadorismo e restrição dos direitos LGBT com outros olhos, porém, igualmente críticos.

A investigação também contou com a análise não só dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado mas também das proposições legislativas, ambos permeados de um intenso discurso religioso, muitas vezes trajado de jurídico.

Neste sentido, evidenciou-se que a teoria da secularização não mas responde aos propósitos de seu desenvolvimento, o que enseja, para alguns teóricos, a sua releitura e, para outros, a instituição de um novo paradigma que corresponda aos anseios da sociedade contemporânea.

Assim, sem o intuito de exaurir a questão da “crise” do secularismo – e nela incluída os contornos da laicidade – buscou-se apresentar alguns fenômenos que, sob a ótica do autor do presente trabalho, se apresentam mais palpáveis quando se pensa em uma resolução da obstrução aos direitos LGBT sem também violar o direito de liberdade religiosa, direito constitucional igualmente relevante em um real Estado Democrático de Direito.

Igualmente, procedeu-se à tentativa de se construir um conceito de um fenômeno que, sob à ótica do autor, vem se desenvolvendo como contraponto ao avanço do movimento religioso conservador cujo corolário é resgatar a moral e os bons costumes ao espaço político. Apesar de tímida, a proposta deste fenômeno ostenta mais o condão de suscitar reflexões e críticas aos leitores do que ser um conceito fechado.

## 2 O PRINCÍPIO DA LAICIDADE ESTATAL

Ao refletir acerca da temática da laicidade, não raras vezes toma-se sua definição, assim como o faz Mirian Ventura, “a separação entre o poder político e as instituições religiosas, e a não admissão de interferência direta de um determinado poder religioso nas questões do Estado”<sup>2</sup>. Apesar de acertada, tal concepção termina por ter caráter reducionista, uma vez que a laicidade consiste em um (eterno) processo de construção histórica, permeando-se por incontáveis conceitos conexos, conforme se verá adiante.

Para muito além da simples separação entre o poder político e o poder das instituições religiosas, a laicidade remete ao momento em que, no Ocidente, o poder político deixa de ser legitimado pelo divino e a soberania deixa de residir no déspota. Trata-se de ocasião em que emerge uma nova ordem jurídica, cuja legitimidade decorre da soberania popular.

À supracitada conceituação, Micheline Milot acrescenta que “a laicidade supõe, fundamentalmente, que a legitimidade do Estado e das normas coletivas que ele elabora não é baseada nas doutrinas religiosas ou na aprovação de uma igreja, mas na soberania dos cidadãos, livres e iguais”<sup>3</sup>.

Em que pese a conceituação da laicidade aparente ser uniforme quando pensada no plano teórico, as características de sua aplicação sofrem a incidência de inúmeras variações, a depender da configuração política e histórica das sociedades que recepcionam o mencionado princípio. Neste sentido, Roberto Blancarte afirma que “Significa também dizer que podem existir países formalmente laicos, mas [...] condicionados pelo apoio político proveniente de uma ou mais Igrejas majoritárias do país. E, de forma contrária, existem países que não são formalmente laicos, mas que, na prática [...] não dependem da legitimidade [...] de instituições religiosas”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> VENTURA, Mirian. Pontos de contato constitucionais entre Estado e Instituições Religiosas. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista Para A Democracia, 2006. Cap. 4, p. 13. Disponível em: <[http://aads.org.br/arquivos/EL\\_2006.pdf](http://aads.org.br/arquivos/EL_2006.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015

<sup>3</sup> MILOT, Micheline. A garantia das liberdades laicas na Suprema Corte do Canadá. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 6, p. 129.

<sup>4</sup> BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 1, p. 20.



Em outras palavras, um Estado formalmente laico pode ser demasiadamente permeado pela influência religiosa, ao exemplo do que ocorre no Brasil, que apesar de recepcionar o princípio e disposições conexas, por vezes cerceia direitos das minorias por permitir a intervenção da moral religiosa no âmbito político<sup>5</sup>. Do mesmo modo, também é possível conceber um Estado de confissão oficial que adota medidas efetivamente laicas, tal qual a Argentina, que a despeito de ter sua população composta predominantemente por católicos, legaliza tanto o aborto como a união homossexual.

Outrossim, o princípio do Estado laico não deve ser compreendido como instituição inimiga do clericalismo: ocorre que, na realidade, está diretamente relacionado aos direitos fundamentais da liberdade e da igualdade. Posteriormente, far-se-á breve exposição acerca da distinção entre o anticlericalismo e o referido princípio, instituto que possibilitou a garantia de liberdade religiosa.

Quanto à liberdade de religião, Daniel Sarmento leciona que “a laicidade caracteriza-se como uma verdadeira garantia institucional da liberdade religiosa individual. Isto porque a promiscuidade entre os poderes público e qualquer poder religioso [...] pode representar uma coerção [...] sobre os que não professam aquela religião”<sup>6</sup>.

Por conseguinte, o referido autor afirma que a relação entre a laicidade e o princípio da igualdade é evidente, vez que “Em uma sociedade pluralista como a brasileira [...] a laicidade converte-se em instrumento indispensável para possibilitar o tratamento de todos com o mesmo respeito e consideração”<sup>7,8</sup>.

Realizadas estas considerações, cabe proceder à análise, ainda que sucinta, da construção histórica deste instituto, assim como de suas conceituações conexas.

---

<sup>5</sup> À título exemplificativo é possível citar o Projeto de Lei nº 6583/13, que institui o Estatuto da Família, O Projeto de Lei nº 7018/2010, que proíbe a adoção conjunta de crianças por casais homoafetivos, a PEC 99/2011, que autoriza entidades religiosas a propor ação de inconstitucionalidade e a PL 5002/13 (Lei João Nery), que dispõe sobre o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transgêneros, cuja aprovação encontra-se obstruída pela Bancada Fundamentalista.

<sup>6</sup> SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 11, p. 192.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> Ao considerar a relação intrínseca entre a laicidade e os direitos fundamentais à igualdade e à liberdade religiosa, cabe questionar – ainda que futuramente – se o referido princípio (implícito) poderia ser também considerado como direito fundamental, entendimento que resultaria em intensas modificações quanto ao significado e força normativa que lhe são atribuídos em âmbito nacional.

## 2.1 A LAICIDADE ESTATAL: HISTÓRICO E CONCEITOS CORRELATOS

Preliminarmente, importa compreender que os termos “laicidade” e “secularismo”, ainda que envolvam relações entre a Igreja e o Estado, são conceitos distintos, cujo surgimento e desenvolvimento ocorreram em diferentes períodos e em função de seus respectivos contextos históricos. Nas lições de Ari Pedro Oro, a “secularização expressa a ideia de exclusão das religiões do campo social [...]”<sup>9</sup> enquanto a laicidade “aponta para a separação do temporal e do espiritual, e não para a eliminação total da religião da sociedade”<sup>10</sup>.

Ambos os conceitos, entretanto, compartilham o entendimento quanto à autonomização das esferas sociais, especialmente do político em relação ao religioso, o que tem como pressuposto a separação jurídica do Estado de quaisquer religiões e a garantia da liberdade religiosa aos cidadãos.

Empreendida a supracitada distinção, interessa narrar a maneira como ocorreu a construção do conceito de laicidade, a partir dos ensinamentos de Jorge Salazar Ugarte<sup>11</sup>.

De acordo com o mencionado autor, a ideia da laicidade remete, originalmente, à diferenciação entre o clero e o povo, sendo possível reconhecer o nascimento do conceito nos anos de formação da Igreja Católica. É falha, entretanto, a percepção de que o vocábulo “laicidade” se refere a um status social: resumir seu conceito à característica que se atribui ao sujeito que não pertence ao clero, é entendimento que carece de significado político<sup>12</sup>.

Somente no século XIV é que a laicidade começou a ter significados moral e político bem delineados, haja vista o rechaço aos dogmas religiosos e a luta para separar o poder político do religioso. Evidentemente, os defensores deste ideal opunham-se à ideia de domínio clerical pautado no conhecimento de uma suposta verdade revelada somente aos membros da Igreja.

---

<sup>9</sup> ORO, Ari Pedro. A laicidade na América Latina: uma apreciação antropológica. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 3, p. 83.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> SALAZAR UGARTE, Pedro. **La laicidad: antidoto contra la discriminación**. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, 2007, p. 63.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.64.

Sob essa perspectiva, emerge, em dois sentidos, a manifestação do princípio da autonomia: (i) o primeiro, relacionado à autonomia institucional entre as esferas político-social e religiosa; (ii) o segundo, concernente à autonomia moral e intelectual ante o dogma e seus intérpretes. Esta última figura como ingrediente central da ideia e do projeto moderno de laicidade. Acerca do tema, Pedro Salazar Ugarte aduz que “el pensamiento laico reivindica dos cosas: a) en primer lugar, la capacidad y el derecho de cada persona para elaborar o adherirse a valores y creencias propias, [...] b) la capacidad y el derecho para pensar por cuenta propia, sin limitaciones dogmáticas ni imposiciones heterónomas”<sup>13</sup>.

Assim, em ambas as manifestações do princípio da autonomia, afasta-se a existência de uma suposta verdade revelada, o que não implica na adoção de posturas anticlericais ou antirreligiosas.

Evidencia-se aqui o caráter imediato da relação entre a laicidade – como projeto intelectual – e a liberdade de consciência, vez que a batalha em prol da autonomia moral e de pensamento implica em reivindicar a aptidão de gerir a própria vida e de pensar livremente.

Faz-se possível concluir que a laicidade é incompatível com verdades sobrenaturais ou divinas. Justamente por isso, a utilização livre da razão, o antidogmatismo, a reflexão crítica, a investigação científica e a dúvida foram corolários da batalha pelo pensamento laico, inspirando-o através do tempo.

Outro dos aspectos centrais da laicidade é o caráter relativo de todas as crenças religiosas, que se apresenta como uma de suas principais conexões com a igualdade: ao defender a autonomia moral e liberdade de consciência, o pensamento laico reivindica o direito de todos de viver conforme suas convicções íntimas em igualdade de circunstâncias<sup>14</sup>.

No plano institucional, por sua vez, exige-se aos governantes civis que abstenham-se de empregar as religiões no espaço político e, quanto às igrejas, que renunciem a qualquer intento de impor suas leis e sua jurisdição à comunidade política. Esse imperativo tem implicações concretas e específicas, quais sejam: (i) a necessidade de que os ministros religiosos limitem sua influência às questões

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>14</sup> *Idem*.

espirituais de modo a não intervir em assuntos do Estado; (ii) o dever do governante civil de criar condições para que a pluralidade de crenças se expresse livremente<sup>15</sup>.

Exemplo relevante fica a cargo da Revolução Francesa – fenômeno que representou a instituição de uma nova ordem política, jurídica e social, pautada na igualdade e na liberdade –, a partir da qual é possível observar os primeiros traços do que viria a ser a laicidade em sua conotação moderna. No que tange aos fundamentos desta Revolução, Garcia de Enterría afirma que “Fueron éstos, desde su origen, la libertad y la igualdad, expresados ambos, en sus mismos momentos iniciales, en dos documentos capitales: la eliminación total de los <<privilegios>> y la proclamación formal de <<la igualdad de todos los franceses>> [...] y la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano [...]”<sup>16</sup>.

Sob este contexto, no qual se assenta princípios e pressupostos que originaram os inúmeros direitos fundamentais, em especial a liberdade religiosa e a igualdade, ocorre a separação entre o político e o religioso no âmbito institucional, propiciando a compreensão inicial da conotação moderna do termo “laicidade”.

Com efeito, a emancipação do poder político civil do poder religioso implicou que o Estado moderno se constituísse como um Estado legislador e, portanto, detentor de um aparato jurídico alternativo ao religioso e de fontes de legitimidade autônomas.

Em que pese a relevância da Revolução Francesa, resta imperioso mencionar a importância da Revolução Americana – que influenciou a primeira – para a laicidade – em especial no tocante à liberdade religiosa, que a tem como pressuposto. Neste sentido, Newton César Pilau ressalta que “A Revolução Americana foi responsável pela declaração de direitos que, pela primeira vez na história, proporciona aos cidadãos a liberdade religiosa; criou a constituição escrita, [...] e elencou, através de suas emendas, os direitos humanos de primeira geração, que são os direitos de liberdade”<sup>17</sup>.

Nas treze colônias, a concretização deste direito relaciona-se diretamente ao contexto histórico vivido pela população do território, manifestamente distinto do presenciado na Europa. Ocorre que os imigrantes do continente americano

---

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. **La lengua de los derechos**: La formación del Derecho Público europeo tras la Revolución Francesa. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1995. p.18.

<sup>17</sup> PILAU, Newton César **Teoria Constitucional moderno-contemporânea e a posituação dos direitos nas constituições brasileiras**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo – UFP, 2003. p.66.

constituíam grupos sociais manifestamente distintos entre si: enquanto o Sul era representado por mineradores e escravocratas, o Norte era capitaneado pela classe média inglesa, que ancorou na América para difundir seus ideais democráticos e republicanos<sup>18</sup>. Tal configuração refletiu diretamente no processo de instituição da liberdade religiosa, irregular a depender da região territorial.

Somente em 1776, com a Declaração de Direitos da Virgínia, emergiu a concepção de liberdade religiosa como direito inalienável da população e, por conseguinte, a efetiva separação entre Igreja e Estado ocorreu em 1791, através de uma emenda à constituição.

Uma vez realizadas breves considerações sobre a construção do conceito de laicidade, intrinsecamente ligado à liberdade de religião – senão pressuposto desta – proceder-se-á à explanação acerca da recepção deste princípio na história constitucional do Brasil. Ainda, ocorrerá a elucidação de conceitos conexos ao tema, bem como de questionamentos relacionados ao simbolismo advindo do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

## 2.2 O PRINCÍPIO DO ESTADO LAICO NO BLOCO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Conforme anteriormente abordado, a laicidade é fruto de um processo de construção histórica; por esta razão, faz-se necessária a contextualização atinente ao desenvolvimento deste princípio no âmbito nacional. Para fins de demarcação temporal, optar-se-á pela abordagem de sua evolução a partir da separação orgânica entre Estado e religião, declarada no Brasil pouco antes da proclamação da República.

Inicialmente, cumpre mencionar a constituição do Império de 1824, caracterizada pela união efetiva entre o Estado e a Igreja Católica, sendo o catolicismo a religião oficial do País. Apesar disto, permitia-se a liberdade de credo às demais religiões, desde que no âmbito privado. O art. 5º do supracitado diploma legal previa, *in verbis*:

---

<sup>18</sup> Idem.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.<sup>19</sup>

Seu art. 95, por sua vez, restringia o exercício do voto e permitiam a candidatura no parlamento tão somente àqueles que professavam a religião do Estado. Além disso, o artigo 179 do referido diploma legal previa que ninguém poderia ser perseguido por motivo de Religião, desde que se respeitasse aquela professada pelo Estado e não ofendesse a Moral Pública.

É evidente o rígido controle exercido pelo Estado em relação à religião e seus respectivos atores através do texto constitucional, dos institutos do padroado, do beneplácito e do recurso à Coroa. Era inclusive o texto constitucional que determinava a estrutura organizacional da Igreja Católica, bem como a forma de eleição das Assembleias Paroquiais, restando escancarada a ingerência do Estado para com a temática da liberdade religiosa e a vinculação da cidadania tão somente à religião católica.

Com a proclamação da República, editou-se o Decreto 199-A, que determinava a separação entre o Estado e a Igreja e instituía a liberdade religiosa como garantia, ocasionando um rompimento drástico entre tais relações.

A constituição republicana de 1891, por sua vez, foi a mais rígida da história do País no que tange à efetiva separação entre o poder secular e o confessional, sequer mencionando a figura de Deus em seu preâmbulo. Além de ter demarcado as linhas entre Estado e Igreja – que subsistem até hoje –, dispôs sobre os aspectos da liberdade de religião e de crença e, ainda, proibiu a atuação da Igreja Católica na esfera pública.

O aludido documento abarcou o direito à igualdade (art. 72, § 2), bem com a garantia de que nenhum cidadão teria seus direitos civis e políticos suprimidos em razão de sua crença religiosa (art. 72, §28), salvo os casos em que a utilizassem para fins de se absterem de eventual ônus previsto na legislação pátria (art. 72, § 29).

---

<sup>19</sup> BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 1 mar. 15

É de igual importância ressaltar o teor do art. 70, § 1º, cuja disposição proíbe expressamente a participação de religiosos no âmbito político, algo nunca replicado nas constituições posteriores:

Art. 70, § 1º. Não podem alistar-se eleitores para eleições federais ou para as dos Estados:

IV – Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de desobediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.

Evidencia-se, de resto, o rompimento deste documento para com as ações tradicionalmente exercidas pela Igreja Católica, quais sejam: o monopólio do casamento, dos cemitérios e do ensino religioso, previstos no art. 72, *in verbis*:

§ 4º. A República só reconhece o casamento civil [...]

§ 5º. Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes [...]

§ 6º. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

A constituição federal de 1934 abarcou inúmeras alterações no que toca a temática da religião. A partir de então, volta-se a reconhecer a influência da religião no cenário político e a invocar Deus no preâmbulo. Manteve-se, entretanto, a separação entre Estado e Igreja, ainda que existissem disposições sobre as hipóteses nas quais tais esferas poderiam se unir para fins de cooperação. Assim prescreve o artigo 17, *ipsis litteris*:

Art. 17. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II – estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos;

III – ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto, ou igreja sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo.

Também foram mantidos a liberdade de consciência e crença e o direito ao livre exercício de culto, desde que observados a ordem pública e os bons costumes. Nesta senda, as associações religiosas passaram a ter personalidade jurídica nos termos da lei civil. Ainda, para além do direito à igualdade formal e da garantia de que ninguém seria privado de direitos por motivos de religião, a constituição de 1934 incluiu disposições concernentes à prestação de serviço militar por eclesiástico

através de assistência espiritual e hospitalar às forças armadas, conforme prescrito no art. 163, §3º.

Noutra parte, em oposição ao anterior diploma, os efeitos civis do casamento religioso voltaram a ser reconhecidos, desde que observadas as disposições legais. Veja-se:

Art. 146 – O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil [...]

Por sua vez, a educação religiosa também voltou a ser admitida, conforme observa-se no art. 153, *in verbis*:

Art. 153 – O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Quanto aos cemitérios, manteve-se o caráter secular, mas incluiu-se a possibilidade de sua manutenção por associações religiosas, desde que com a devida fiscalização e observada a vedação de recusa do sepultamento em locais sem cemitério particular. Por fim, o texto constitucional abarcou a permissão de assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e demais estabelecimentos oficiais, bem como a representação diplomática frente à Santa Sé.

Na Constituição Federal de 1937, promulgada em meio ao golpe que implementou o Estado Novo, o preâmbulo novamente deixou de mencionar Deus, assim como foram suprimidas outras diversas disposições quanto à temática religiosa. A separação entre Estado e Igreja foi abarcada de forma mais estrita, dada a inexistência de disposições acerca das possíveis relações de cooperação concebidas pela constituição anterior.

Apesar de manter o disposto sobre a liberdade religiosa, a referida Carta restou omissa quanto à personalidade jurídica das associações religiosas. O direito à igualdade, por sua vez, foi previsto de forma geral e sem o detalhamento das causas de discriminação. Especialmente no que tange aos direitos políticos,



subsistiu a previsão de que poderiam ser suprimidos a partir de determinações legislativas motivadas por convicções religiosas, filosóficas ou políticas.

O diploma silenciou-se acerca da prestação de serviço militar por eclesiásticos, do casamento religioso e da representação diplomática na Santa Sé. Aos cemitérios, atribuiu caráter secular, devendo ser administrados tão somente pela autoridade municipal. A educação religiosa foi considerada facultativa tanto aos professores quanto aos alunos.

Contrariamente, no período de redemocratização do País, a Constituição Federal de 1946 voltou a invocar Deus no preâmbulo e a dispor sobre inúmeros dispositivos concernentes à religião. Retornaram ao documento as disposições referentes à liberdade religiosa e à personalidade jurídica das associações religiosas, cujos conteúdos eram idênticos ao da Constituição de 1934.

Além da igualdade formal, foi retomada a disposição quanto à privação de direitos motivada por religião, inserindo-se a *escusa de consciência*, nos termos do art. 141 §1º. Ademais, voltaram a vigor a necessidade de prestação de serviço militar por eclesiásticos e a assistência religiosa.

A Carta também dispôs acerca dos efeitos civis do casamento religioso, manteve o aspecto facultativo do ensino religioso e, ainda, reafirmou a natureza secular dos cemitérios, cuja possibilidade de administração por entidades religiosas voltou a valer. Nesta senda, a representação diplomática junto à Santa Sé reemergiu. A novidade proposta foi a previsão de imunidade tributária aos templos de qualquer culto.

Já a Constituição de 1967, no contexto da ditadura militar, pouco inovou em seus dispositivos, somente extinguindo a previsão relacionada à representação diplomática junto à Santa Sé. O Diploma Legal de 1969, por sua vez, ficou inalterado.

A Constituição Federal de 1988, “Constituição Cidadã”, acabou por seguir a linha geral dos diplomas legais anteriores no que concerne à relação do Estado com a religiosidade. Esta, entretanto, distingue-se dos anteriores devido à sua natureza garantista, ao estabelecer instrumentos jurídicos para o acesso e defesa de direitos e bens essenciais à vida dos indivíduos e da coletividade assegurados na Constituição.

A partir deste traço estranho às demais constituições e das conceituações apresentadas, têm-se elementos para a tentativa de construção do sentido que deve ser atribuído à laicidade no atual contexto nacional.

Tal qual anteriormente abordado, o princípio do Estado laico passou a ter *status* constitucional a partir da edição do Decreto 119-A, de 1890. Quanto ao recepcionamento do princípio no ordenamento vigente, Daniel Sarmento entende que este “foi expressamente consagrado pelo art. 19, inciso I, do Texto Magno, segundo o qual é vedado a todas as entidades da federação ‘estabelecer cultos religiosos ou subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público’”<sup>20</sup>.

Apesar do entendimento do supracitado jurista, Joana Zylberztajn não considera a laicidade estatal como princípio expresso, argumentando tratar-se de “um princípio abrigado pelo texto constitucional, formado por outros elementos que compõem o texto”<sup>21</sup>. A doutrinadora demonstra que, para muito além da previsão do artigo 19, inciso I, o princípio é decorrência lógica de outros preceitos normativos, analisados sistematicamente.

Seriam elementos formadores do princípio, na ótica da autora: (i) a determinação de democracia (art. 1º); (ii) o direito à igualdade (art. 5º, *caput*); (iii) o direito à liberdade religiosa (art. 5º, VI); (iv) a garantia de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; (v) a proibição da privação de direitos por motivo de crença religiosa; e (vi) pela separação entre Estado e Igreja, ressalvada a possibilidade de cooperação para fins de interesse público (art. 19, I).

Em síntese, expõe que “não há dispositivo que determine expressamente ser a República Federativa do Brasil um Estado laico. Há, sim, a diretriz geral de democracia, garantia à igualdade e à liberdade (incluindo a liberdade religiosa), que, no meu entender [...] são os elementos formadores do princípio da laicidade [...]”<sup>22</sup>.

Nos termos do art. 5º, §2º do texto constitucional, *in verbis*:

<sup>20</sup> SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 11, p. 190.

<sup>21</sup> ZYLBERSTAJN, Joana. **O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. 2012. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 30. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/pt-br.php>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 32.

Art. 5º. §2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Assim, no presente trabalho compreender-se-á o princípio da laicidade como implícito, isto é, advindo da composição de inúmeros dispositivos, vez que tal construção teórica é a mais completa e atribui maior relevância ao preceito normativo.

Superada a controvérsia acerca da maneira como se configura o princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988, é imperioso tecer considerações sobre a força normativa do preâmbulo do referido documento e seu valor simbólico num Estado que, na teoria, enquadra-se como laico.

Inexistem dúvidas, a partir da análise do texto constitucional, de que o Estado brasileiro objetiva atuar conforme os ideais da laicidade. No entanto, ainda que se apresente expressamente como laico, o preâmbulo da constituição ora vigente menciona “Deus” em seu texto, motivando discussões calorosas sobre o tema.

Sobre o assunto, partilha-se do entendimento da jurista Joana Zylberstajn que considera a questão relevante devido ao seu simbolismo: “Se a laicidade é construída historicamente, como todos os direitos fundamentais, as declarações simbólicas são os primeiros passos para sua concretização. Da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, [...] embora sem força normativa definida, é um dos principais documentos para a consolidação dos direitos humanos no mundo”<sup>23</sup>.

A questão foi objeto de julgamento da ADI por omissão nº 2.076-5/AC, ajuizada pelo Partido Social Liberal, que almejava a inclusão da expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo da constituição estadual do Acre – única dentre os estados da Federação a não referenciá-la. Conforme o peticionário, a omissão do enunciado “sob a proteção de Deus” no texto acreano supostamente violaria os dispositivos concernentes à observância das diretrizes federais (art. 25, CF<sup>24</sup> e art. 11 - ADCT<sup>25</sup>). A decisão orientou-se no sentido de negar eficácia jurídica ao texto do

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.33.

<sup>24</sup> Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

<sup>25</sup> Art. 11-ADCT. Cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição Federal obedecidos os princípios desta.

preâmbulo e, portanto, incapaz de ensejar a reprodução obrigatória pelos entes estaduais.

Apesar da tentativa de pacificar a controvérsia, a invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 fez emergir efeitos concretos. É exemplo a menção da decisão prolatada na supracitada ADI na fundamentação da decisão proferida na ação do MPF contra símbolos religiosos em repartições da Administração Federal. De acordo com a magistrada, “inobstante o Preâmbulo da Constituição Federal não tem força normativa [...] é definido como documento de intenções da Lei Maior, representando a proclamação de princípios que demonstra suas justificativas, objetivos e finalidades, servindo de fonte interpretativa para dissipar as obscuridades das questões práticas e de rumo para o Governo e sociedade”<sup>26</sup>.

Apesar da ausência de força normativa no preâmbulo e do entendimento dos juristas quanto ao caráter insignificante da menção a Deus no texto, percebe-se sua utilização como parâmetro hermenêutico, o que parece ser contraditório. Dessa maneira, emergem alguns questionamentos que parecem ser relevantes ao tema: (a) A compreensão do preâmbulo como parte do bloco constitucional seria mais benéfica, por mencionar uma infinidade de parâmetros hermenêuticos em seu texto? (b) Na hipótese de conceder eficácia jurídica ao aludido texto, qual a orientação hermenêutica a ser dada para a expressão “sob a proteção de Deus”?

Tais questionamentos não figuram como objetos do presente trabalho. Contudo, são dignos de estudo aprofundado em trabalhos futuros, visto que a discussão certamente agregará maiores elementos no debate relacionado à laicidade estatal.

Para melhor compreensão do tema, também faz-se necessária a elucidação de diversos termos conexos à laicidade, utilizados usualmente como se fossem sinônimos e que, por isso, terminam por gerar alguns equívocos. Nos dizeres de Roberto Blancarte, a confusão terminológica quanto à laicidade constitui “um fator adicional na geração de mal-entendidos e incompreensões, que por si geram-se nas controvérsias político-religiosas”<sup>27</sup>. Dessa maneira, cumpre proceder à análise, ainda

---

<sup>26</sup> Justiça Federal da 3ª Região. Seção Judiciária de São Paulo. 18.8.2009. **Ação Civil Pública nº 2009.61.00.017604-0**. p. 5.

<sup>27</sup> BLANCARTE, Roberto (Comp.). **Laicidad y valores en un Estado democrático**. México, El Colegio de México y Secretaría de Gobernación, 2000. p. 8.

que sucinta, destas diferenciações – à exceção da existente entre laicidade e secularismo, já explicitada anteriormente.

A primeira distinção a ser explicitada pode ser estabelecida entre a laicidade e o laicismo. A distinção entre os vocábulos “laico” e “laicista” foi realizada pela primeira vez pelo papa Pio XII, após a II Guerra Mundial, com o objetivo de que a Igreja pudesse repelir as posturas anticlericais e antirreligiosas – englobadas no conceito de “laicismo” – e aceitar as mais moderadas, promotoras da separação entre o Estado e as diferentes igrejas e da proteção da liberdade religiosa – contidas na noção de “laicidade”.

Nas palavras de Antonio Marchionni, a laicidade significa “o ajustamento harmônico entre a visão religiosa e a visão materialista de mundo, na sociedade e no planeta<sup>28</sup>”. O laicismo, por sua vez, diz respeito à superação da mentalidade religiosa pela racionalidade científica, bem como o banimento da religião do espaço público. Nesse sentido, Roberto Gallego aduz que “o Estado laico comprometido com a laicidade, ao invés de rejeitar ou tentar suprimir o religioso, considera-o um fato público e, embora não perca de vista a distinção entre o campo religioso e a esfera secular, não desconhece as necessidades espirituais dos seus cidadãos<sup>29</sup>”.

Já em relação ao laicismo, Marco Huaco afirma ser “uma expressão do anticlericalismo decimonômico, que propõe a hostilidade ou a indiferença perante o fenômeno religioso coletivo que pode acabar radicalizando a laicidade, sobrepondo-a aos direitos fundamentais básicos como a liberdade religiosa e suas diversas formas de expressão<sup>30</sup>”.

Por fim, importa ressaltar que o Estado laicista em nada se assemelha ao Estado ateuista, uma vez que o último, para além da simples contenção da religião no âmbito privado, objetiva sua extirpação a qualquer custo.

Por outro lado, os termos “aconfesionalidade”, “neutralidade” e “separação Igreja-Estado” são usualmente utilizados para distinguir os tipos de relações estabelecidas entre determinado Estado e as Igrejas, bem como sua posição frente ao fator religioso.

---

<sup>28</sup> MARCHIONNI, Antonio. **Ética: a arte do bom**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 298.

<sup>29</sup> GALLEGO, Roberto de Almeida. **O sagrado na Esfera Pública: Religião, Direito e Estado Laico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2010. p.119.

<sup>30</sup> HUACO, Marcos. A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap.2, p. 47.

O primeiro diz respeito à relação Estado-religião, implicando na abstenção do primeiro polo no que tange ao favorecimento de uma Igreja em detrimento da outra. Em outras palavras, trata-se de vedar ao Estado a possibilidade de privilegiar qualquer confissão religiosa. O segundo, por sua vez, é expressão que traz inúmeros equívocos. Neste contexto, deve ser compreendida como a devida neutralidade, por parte do Estado, em face de todas as crenças e convicções religiosas ou filosóficas. Já a “separação Estado-Igreja” abrange as esferas orgânica e institucional do Estado, ao passo em que a laicidade representa a separação somente no âmbito político.

A laicidade difere, ainda, da tolerância religiosa. São conceitos inconfundíveis, vez que esta última figura como o princípio prático da primeira. A tolerância religiosa é, por si só, instrumento prioritário em ambientes sociais em que a religião é relevante a ponto de existir uma gama de religiões e igrejas que disputam o monopólio da verdade.

Elucidados conceitos imprescindíveis ao entendimento do presente trabalho, passa-se ao enfrentamento da seguinte questão: em que pese a compreensão, por parte da lei e da doutrina, do Brasil como um Estado laico, pode-se chegar à mesma conclusão a partir da realização de análise da relação fática entre Estado e religião? No intuito de encontrar resposta aceitável, faz-se necessária a exposição dos modelos institucionais de Estado – o que será realizado com base nos ensinamentos de Pedro Salazar Ugarte.

## 2.3 BRASIL: ESTADO LAICO OU TOLERANTE?

De acordo com Pedro Salazar Ugarte, existem diferentes modalidades institucionais de Estado Laico, vez que este pensamento adquiriu formas distintas em resposta às diversas exigências de determinados contextos e momentos históricos. Ainda assim, aponta como elemento mínimo presente em qualquer modalidade de manifestação do Estado laico a autonomia real do Estado ante as igrejas e vice-versa.

Segundo o autor, tal autonomia deve traduzir-se em aspectos mínimos concretos: (i) a clara separação dos âmbitos normativos (o pecado e o delito

claramente diferenciados); (ii) a firme delimitação da influência religiosa; (iii) o total reconhecimento e submissão das religiões e suas igrejas às leis do Estado (a lei civil vige sobre todas as pessoas); e (iv) a diferenciação das fontes de legitimidade dos mandatos (as leis civis provem de políticos e membros da comunidade e valem para todos, enquanto as normas religiosas provem de fontes metafísicas e só valem para aqueles que nelas creem)<sup>31</sup>.

O doutrinador expõe que a laicidade do Direito é traço estrutural tanto do Estado legal de direito quanto do Estado constitucional. Trata-se de base sobre a qual se edificam inúmeros modelos institucionais de laicidade estatal, cujas formas oscilam entre os dois extremos: (i) o primeiro, inspirado no uso crítico da razão, promovendo uma concepção individualista do mundo e definindo uma separação entre a esfera pública e religiosa, haja vista a necessidade desta última ser mantida no âmbito privado das pessoas; e (ii) o segundo, advindo do pensamento liberal, que mantém uma separação dos poderes civil e religioso, mas tende a reconhecer certa relevância e valor público à religião<sup>32</sup>.

Ao menos na teoria, o primeiro extremo representa um Estado propriamente laico, ao passo em que o segundo consiste em uma versão de Estado tolerante.

Sob a ótica do Estado laico, a posição das pessoas ante suas crenças e igrejas é irrelevante para determinar suas obrigações políticas e jurídicas: as leis civis valem igualmente para todos, sem importar sua relação com as crenças, ou seja, fora do âmbito religioso ninguém pode ser castigado como herege, mas todos podem ser castigados como ladrões se praticam roubo, por exemplo.

As igrejas são associações legítimas que, como qualquer outra organização social, devem submeter-se ao poder do Estado. Nesta toada, o autor afirma que esta versão de Estado laico não busca a expulsão definitiva dos deuses, mas que sua influência resida somente na vida privada dos que neles creem, sem que possam impor suas crenças aos demais<sup>33</sup>.

O Estado tolerante, por sua vez, é variante na qual se expressa o projeto da laicidade com diferenças acentuadas, ainda que parta das premissas principais do pensamento laico. Nesse modelo, nenhuma religião deve ser instrumento do Estado, nem mesmo proprietária deste. Inclusive, todas as religiões (e suas igrejas) devem

---

<sup>31</sup> SALAZAR UGARTE, Pedro. **La laicidad**: antidoto contra la discriminación. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, 2007, p. 21.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 24.

obter semelhante reconhecimento e tolerar-se reciprocamente. Decorrência lógica é que o Estado, uma vez tolerante com os diferentes cultos, garante a tolerância recíproca entre as igrejas, pautando-se na neutralidade (imparcialidade).

Visa-se garantir a liberdade de consciência, impondo-se limites às crenças individuais nas crenças dos demais, ensejando que os indivíduos observem o direito à diferença. Dessa maneira, o Estado retrai suas atribuições, em especial abstendo-se de intervir nos assuntos religiosos, razão pela qual a laicidade se apresenta como um método – não um conteúdo – que constitui condição para a coexistência de todas as credos e culturas.

Quanto às principais diferenças entre estes modelos, importa apontar que, no primeiro, o Estado laico se propõe a destinar às religiões ao âmbito privado das pessoas, impondo sobre elas e suas igrejas seu domínio, ao passo em que permite, no segundo, que as religiões gravitem e influenciem a vida social.

Para a primeira versão de Estado laico, importa a promoção de um conjunto de valores religiosos – precisamente laicos – que devem substituir aos dogmas religiosos e servem para subtrair das religiões o monopólio da moralidade. Já na segunda, é reconhecida a importância destes valores, mas estes ocupam o mesmo plano que aqueles promovidos pelas religiões<sup>34</sup>.

Em outras palavras: para uma versão de Estado laico, a razão crítica e ilustrada é a única fonte de uma moralidade congruente com o reconhecimento da igual dignidade individual. Para o Estado tolerante, diferentemente, a oposição entre razão e dogma não anula completamente o valor social do último. Se na primeira versão crê-se que todas as pessoas são igualmente capazes de exercer plena autonomia moral e intelectual, na segunda reconhece-se maior capacidade moral ao crente que ao ateu.

Por fim, o autor expõe, ainda, que o âmbito em que é mais clara a distinção entre as versões institucionais da laicidade é o da educação dos menores<sup>35</sup>. Com efeito, enquanto a versão estrita de Estado laico preza por uma educação pública, igual e gratuita, pautadas na razão crítica, antidogmática e científica, a concernente ao Estado tolerante pode conceder espaço, no âmbito educativo, às igrejas, já que as religiões têm um valor social que deve ser preservado.

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>35</sup> *Idem*.



Realizada a compreensão da teorização do supracitado jurista acerca dos dois modelos teóricos de Estado laico, cumpre proceder exposição de fatos que fazem erigir o questionamento quanto ao real modelo institucional em que o Brasil se assenta.

Em primeiro lugar, pode-se observar inúmeros órgãos do Judiciário brasileiro cultivam o hábito de manter crucifixos em salas de sessão e em outros ambientes eminentemente públicos. Nas palavras de Daniel Sarmento, “[...] trata-se de uma prática antiga e disseminada, num país em que, por um lado, o catolicismo é a religião majoritária, e, por outro, não há tradição cultural enraizada de separação entre os espaços religioso e jurídico estatal”<sup>36</sup>.

Se tal prática é passível de sofrer contestações sob o fundamento de violação ao princípio da laicidade do Estado, o mesmo ocorre quando se analisa a presença da expressão “Deus seja louvado” no papel moeda que circula no âmbito nacional. Ainda, também nos regimentos internos das casas que compõem o Congresso Nacional podem ser percebidas alusões à Deus, ao exemplo do artigo 79 §2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, *in verbis*:

§ 1º A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso.

§ 2º [...] o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos”.<sup>37</sup>

O Regimento do Senado, por sua vez, traz previsão semelhante no artigo 155, §1º, cujo teor novamente invoca Deus para o início dos trabalhos da casa. Veja-se: “§ 1º Ao declarar aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”<sup>38</sup>.

Finalmente, interessa mencionar o episódio no qual o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, conduziu um culto evangélico dentro da última, local

<sup>36</sup> SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 11, p. 190.

<sup>37</sup> BRASIL – Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Resolução nº 93, de 1989. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

<sup>38</sup> BRASIL – Senado Federal. **Regimento Interno do Senado Federal**. Resolução nº 93, de 1970. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/regsfn>>. Acesso em 2 mar.2015.

reservado à produção de leis pelos representantes do povo brasileiro que, seguramente, não se resume apenas à uma religião<sup>39</sup>.

Nada obstante a manifesta inconstitucionalidade presente na invocação do Deus cristão em uma sociedade permeada por inúmeras religiões, bem como na promoção de cultos e utilização de símbolos de determinadas religiões dentro de espaços públicos, deve-se refletir as razões pelas quais tais práticas persistem.

Ao considerar que a laicidade não é efetivada somente a partir de sua instituição legal, mas por seu nível de concretização no plano social, as práticas perpetradas no âmbito estatal indicam que, ao menos em seu aspecto fático, o Brasil constitui-se enquanto Estado tolerante – sendo inegável a relevância da religião para muitos cidadãos brasileiros.

Opiniões à parte, tal análise fática importa ao presente trabalho por fornecer elementos para a compreensão do contexto no qual a permeabilidade da religião acaba por restringir os direitos das minorias sexuais, seja através do boicote, realizado pela bancada fundamentalista, aos projetos propostos, seja pelas proposições legislativas manifestamente inconstitucionais.

Feitas tais considerações, passa-se à explanação do objeto a ser enfrentado no presente trabalho.

---

<sup>39</sup> OUTERSPACE. **Eduardo Cunha conduz culto evangélico na câmara**. 2015. Disponível em: <<http://forum.outerspace.terra.com.br/index.php?threads/eduardo-cunha-conduz-culto-evangelico-na-camara.411509/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

### 3 ATIVIDADE PARLAMENTAR E DISCURSOS EXCLUDENTES

Para os objetivos do presente trabalho, optou-se por se proceder à análise dos discursos proferidos em plenário e do teor de proposições legislativas, a fim de inferir a incongruência da atividade de alguns parlamentares para com a inteligência do Princípio da Laicidade Estatal.

Nessa perspectiva, emerge o questionamento quanto aos limites do discurso do parlamentar no exercício de suas funções: seria possível discutir proposições legislativas invocando argumentações religiosas sem ofender a laicidade estatal?

Ocorre que a Constituição Federal de 1988, para além de consagrar o princípio do Estado Laico, abarca o estatuto do congressista que, conforme Paulo Gonet Branco, objetiva “assegurar a liberdade do representante do povo ou do Estado-membro no Congresso Nacional” através de “um conjunto de normas que instituem prerrogativas e proibições aos congressistas”<sup>40</sup>, o que permite a irrestrita manifestação do parlamentar quando do exercício de suas atribuições perante o Congresso Nacional.

Ao parlamentar é atribuída integral autonomia no que tange à sua atuação, sendo este direito assegurado constitucionalmente através do princípio do livre exercício do mandato.

Através do supracitado estatuto, bem como da garantia constitucional ao livre exercício do mandato, poder-se-ia, com as devidas ressalvas, afirmar que a argumentação religiosa proferida por parlamentares não viola o princípio do Estado laico haja vista ser compreendida como uma manifestação de pensamento. Assim, a análise dos discursos proferidos em plenários somente evidenciaria a posição ideológica/religiosa dos parlamentares mas, tendo em vista as prerrogativas asseguradas, seria incapaz de sustentar um argumento jurídico que comprove a tese da influência religiosa no Congresso Nacional.

Não se pode dizer o mesmo quanto às disposições do regimento interno de ambas as câmaras, cujos teores demonstram incongruência com o princípio objeto do presente trabalho – espaços públicos que, conforme já evidenciado, vêm

---

<sup>40</sup> MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 891.

inclusive servindo de ambiente para a celebração de Cultos<sup>41</sup>. Como será esmiuçado, a regulamentação que estrutura o funcionamento interno das câmaras que constituem o Congresso Nacional é manifestamente incongruente à orientação da Constituição Federal, haja vista afrontar diretamente a laicidade estatal e a isonomia.

Realizada a análise da estruturação interna do Congresso Nacional em relação à laicidade estatal e constatado o descompasso dos regimentos internos das câmaras que o compõem, passa-se à apreciação de propostas legislativas. Estas seriam, afinal, o ponto nevrálgico do problema, justamente por afetarem diretamente a população, positiva ou negativamente.

Inicialmente, serão analisadas duas proposições legislativas que não tratam especificamente do problema da restrição de direitos das minorias sexuais, mas convergem no âmbito das argumentações religiosas. Consequentemente, são flagrantemente inconstitucionais por violar princípios como o da dignidade da pessoa humana, o da igualdade e o da laicidade estatal.

Após, proceder-se-á à análise do Projeto de Lei que institui o Estatuto da Família, que conceitua a última como a união entre homem e mulher e, ainda, proíbe a adoção de crianças por casais homossexuais. A justificativa do projeto, bem como o parecer que declarou a sua constitucionalidade, embora pareçam bem estruturados aos olhos do direito, estão eivados de valoração religiosa. Nada obstante a invocação do preâmbulo da Constituição Federal – cuja força normativa foi considerada inexistente pelo STF – para fundamentar o parecer favorável à constitucionalidade, e os depoimentos de figuras religiosas, se percebe a vasta utilização do conceito exclusivo de família em quase a totalidade dos projetos de lei relacionados à restrição de direitos fundamentais das minorias sexuais.

A partir do advento da Constituição de 1988, contudo, adentra-se ao âmbito do Estado Social de Direito, que atribui ao conceito de família significação orientada pela afetividade – não mais aquela de essência conservadora e patrimonialista do Estado Liberal. Isso destrói qualquer concretude jurídica no âmbito destas argumentações, assim como revela o único intuito do setor religioso em impor seus valores morais religiosos à uma sociedade pluralista.

---

<sup>41</sup> OUTERSPACE. **Eduardo Cunha conduz culto evangélico na câmara**. 2015. Disponível em: <<http://forum.outerspace.terra.com.br/index.php?threads/eduardo-cunha-conduz-culto-evangelico-na-camara.411509/>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Feita esta breve introdução, passa-se ao efetivo enfrentamento do tema do presente capítulo.

### 3.1 O ESTATUTO DOS PARLAMENTARES: A IMUNIDADE E A LIBERDADE PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO

Conforme outrora explanado, o estatuto dos parlamentares ou comumente denominado de imunidade parlamentar, diz respeito ao conjunto de disposições constitucionais destinadas ao parlamentar, tendo como intuito possibilitar o exercício máximo de suas prerrogativas. Assim, nas palavras Ives Gandra, Gilmar Mendes e Carlos Valder, “para o bom desempenho de seus mandatos, será necessário que o parlamento ostente ampla e absoluta liberdade de convicção, pensamento e ação, por meio de seus membros, afastando-se a possibilidade de ficar vulnerável às pressões dos outros poderes do Estado”<sup>42</sup>.

Paulo Gonet Branco acrescenta que tais prerrogativas “ganham o nome de imunidade, por tornarem o congressista excluído da incidência de certas normas gerais”<sup>43</sup>, haja vista a normativa “tornar o parlamentar insuscetível de ser punido por certos fatos (imunidade material) ou livre de certos constrangimentos previstos no ordenamento processual penal (imunidade formal).”<sup>44</sup> Quanto à previsão legal, o estatuto dos congressistas está localizado a partir do art. 53 da Constituição Federal, na seção intitulada “Dos deputados e senadores”, cuja inteligência será brevemente analisada.

No tocante à imunidade material, dispõe o art. 53, *caput*, da Constituição Federal que “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Ou seja, qualquer manifestação que usualmente ensejaria responsabilização criminal ou cível é de plano desconsiderada quando do exercício regular das atribuições do deputado ou senador. Paulo Gonet Branco, contudo, ressalta que “A imunidade tem alcance limitado pela própria

---

<sup>42</sup> NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Tratado de Direito Constitucional**: Volume I. São Paulo: Saraiva, 2012. p.1303. [Ebook].

<sup>43</sup> MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 891.

<sup>44</sup> *Idem*.

finalidade que a enseja. Cobra-se que o ato, para ser tido como imune [...] tenha sido praticado pelo congressista em conexão com o exercício de seu mandato”<sup>45</sup>.

Assim, uma vez apurado que determinada manifestação ocorreu na esfera da imunidade material, resta incabível questionar se consiste em conduta tipificada penalmente. Por outro lado, se a manifestação se dá em ambiente externo ao Congresso, para fins de imputação, emerge a necessidade de investigar se o parlamentar estava ou não no desempenho de suas funções.

A imunidade formal, por sua vez, nas palavras de Ives Gandra, Gilmar Mendes e Carlos Valder “é o instituto que garante ao parlamentar a impossibilidade de ser ou permanecer preso ou, ainda, a possibilidade de sustação do andamento da ação penal por crimes praticados após a diplomação”<sup>46</sup>.

Antes das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 35/2001, tal prerrogativa consistia tão somente na impossibilidade de processar o parlamentar sem outorga preliminar da Casa Legislativa, ainda que o fato punível tenha ocorrida antes da diplomação. Assim, após o recebimento da denúncia ou queixa contra parlamentar, o Supremo Tribunal Federal deveria solicitar licença àquela para que se instaurasse o processo.

Ocorre, contudo, que a normativa pretérita à aludida emenda era omissa no tocante ao prazo para que a Câmara ou o Senado se manifestasse sobre a licença em questão, o que ensejou inúmeras críticas.

Assim, com a edição da Emenda Constituição nº 35/2001, o Supremo Tribunal Federal passou a prescindir da licença prévia da Casa Legislativa para dar seguimento ao processo, contudo, existindo a possibilidade de sustação de seu andamento por deliberação daquela. Igualmente, a sustação processual não implica em suspensão da investigação criminal, conforme era prevista na normativa anterior. Quanto aos crimes cometidos antes da diplomação, inexistia a possibilidade de se interromper a ação e nem o dever de informação à Casa respectiva.

Ressalta-se que tal imunidade ostenta eficácia temporal limitada, protegendo aos parlamentares apenas somente durante o exercício de seu mandato. Desta maneira, encerrado o mandato, tanto o processo como o prazo prescricional são retomados.

---

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Tratado de Direito Constitucional**: Volume I. São Paulo: Saraiva, 2012. p.1311. [Ebook].

Outra garantia, que não se confunde com as imunidades mas é pertinente ao estatuto do congressista, é a prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal quando o parlamentar é processado criminalmente. Encerrado o mandato, contudo, o processo deixa de tramitar na Suprema Corte, até então competente para apreciação do feito, haja vista esta garantia processual ter sido criada em razão do interesse público e não como garantia pessoal do parlamentar.

Aos co-autores do crime sem prerrogativa de função compete à justiça comum o julgamento do processo, sem qualquer extensão dos benefícios constitucionais parlamentares a estes.

Nada obstante, a Constituição Federal robustece o direito à livre manifestação do parlamentar ao abarcar o princípio do livre exercício do mandato que, segundo Eneida Desiree Salgado, é consequência direta da adoção pela Constituição brasileira de uma democracia deliberativa republicana específica, e “revela-se ainda pelos princípios da democracia representativa, do mandato representativo, da fidelidade partidária (entendida devidamente de acordo com o desenho constitucional) e da liberdade de convicção e de consciência”<sup>47</sup>.

A Constituição orienta-se pela teoria da representação popular, razão pela qual a relação de representação diz respeito à vinculação entre a coletividade e o representante. Em outras palavras: independentemente do nicho de eleitores que elegeu determinado representante, uma vez eleito, passará a representar o povo inteiro e, portanto, terá o dever de atuar em prol do interesse comum. Nesse diapasão, a autora leciona que “A deliberação democrática [...] deve, [...] produzir uma decisão que é distinta da soma das preferências ou opções individualmente postas. O representado é o povo, e não os cidadãos individualmente considerados [...]”<sup>48</sup>.

Com efeito, sendo os parlamentares os representantes da nação, deve ser assegurado o direito ao livre exercício de suas atribuições no Congresso Nacional, sem qualquer ingerência de determinada fatia de eleitores ou mesmo das agremiações partidárias a que são pertencentes. Assim, sobre a autonomia do representante, Monica Herman Salem Caggiano afirma que “Insuflado pela tese da soberania nacional, passa o mandato a ser concebido como pertencente à nação e o

---

<sup>47</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios Constitucionais Eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 71.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 144

representante, nessa qualidade, conquista sua liberdade de deliberação de acordo com a sua própria consciência e sempre em prol dos interesses maiores da nação”<sup>49</sup>.

Eneida Desiree Salgado, por sua vez, acrescenta que “Essa concepção de Parlamento como órgão de deliberação não se coaduna com um mandato vinculado, em que os representantes políticos recebem instruções, de seu eleitorado ou do seu partido” de modo a “serem impossibilitados de refletir sobre os outros argumentos apresentados”<sup>50</sup>. E mais, “a titularidade do mandato eletivo é do mandatário, jurídica e politicamente. O representante político atua livremente [...]” inexistindo qualquer “vinculação jurídica para além da filiação partidária como condição de elegibilidade”<sup>51</sup>.

Assim sendo, constata-se ser inegável a importância constitucional dada ao Poder Legislativo, através da proteção à livre convicção e opinião dos representantes. Ao menos na teoria, pressupõe-se que as discussões travadas no Congresso Nacional ostentem elevado grau qualitativo em situações de deliberação.

A título de reflexão, contudo, questiona-se a existência de limites às mencionadas garantias, especialmente quando as irrestritas manifestações acabam por fazer florescer, no âmbito do Congresso Nacional, discursos de ódio e projetos de lei restritivos de direitos. A manifestação de discursos preconceituosos direcionados às minorias desprivilegiadas, ainda que considerada a livre manifestação de convicção e opinião do parlamentar, não seria incoerente com o fato de ser este representante e defensor dos interesses da nação?

Questionamentos à parte, e uma vez superadas as considerações concernentes às prerrogativas parlamentares asseguradas constitucionalmente, passa-se à análise dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado, a fim de se evidenciar a incongruência de suas estruturas internas para com os ditames da Constituição Federal.

---

<sup>49</sup> CAGGIANO, Monica Herman Salem. **Direito Parlamentar e Direito Eleitoral**. São Paulo: Manole, 2004. p.14

<sup>50</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios Constitucionais Eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 73

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.76.



### 3.2 O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA E DO SENADO E O CULTO EM SUAS DEPENDÊNCIAS

A competência para a edição de leis, conforme assevera José Afonso da Silva, “é exercida pelo *Congresso Nacional*, que se compõe da *Câmara dos Deputados* e do *Senado Federal*, integrados respectivamente por Deputados e Senadores”<sup>52</sup>, em um sistema denominado *bicameralismo*. Assim, a Câmara dos Deputados pode ser compreendida como a Casa dos representantes da nação, correspondendo proporcionalmente à população de cada Estado e do Distrito Federal, cuja eleição ocorre através sistema proporcional<sup>53</sup>. O Senado Federal, ao seu turno, é formado por três representantes de cada Estado e do Distrito Federal, cuja eleição ocorre através do sistema majoritário, com mandato de oito anos<sup>54</sup>.

Nada obstante os artigos 51 e 52 atribuírem a cada casa competências privativas para determinados temas, o artigo 49 dispõe sobre as competências do Congresso Nacional, ou seja, somente exercitáveis quando da reunião das duas casas legislativas. Ademais, a conjugação dos artigos 51, III, 52, XII e 57, §3º, II, permite inferir que a cada casa legislativa, bem como ao Congresso Nacional, confere-se competência para a elaboração de seus próprios Regimentos Internos, cujos teores expressam suas inúmeras atribuições constitucionais e traçam suas estruturas organizacionais. Veja-se:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

III - elaborar seu regimento interno;

[...]

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XII - elaborar seu regimento interno;

[...]

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006\)](#)

<sup>52</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 509.

<sup>53</sup> Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

<sup>54</sup> Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:  
II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

Apenas o Regimento Interno da Câmara dos Deputados foi editado sob a vigência da Constituição Federal de 1988. Tanto o Regimento Interno Comum como o Regimento Interno do Senado foram aprovados em época anterior ao advento da Constituição Federal e, portanto, foram objetos de adequação ao texto constitucional. Isso não significa que os supracitados regimentos não sofram modificações a cada legislatura que se inicia.

Apesar modificações anuais, tópico inalterado é aquele concernente ao rito de abertura das sessões públicas das casas do Congresso Nacional, que menciona a “proteção de Deus” antes de iniciarem-se os trabalhos dos parlamentares. Assim, dispõe o art. 79 e parágrafos, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que “A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso” e que “[...] o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo [...] ‘Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos’”. O Regimento do Senado prescreve, por sua vez, em seu art. 155, §1º o dever do Presidente em invocar a proteção de Deus ao declarar a abertura da sessão. O Regimento comum, contudo, espantosamente omite-se quanto ao tema.

Ante o exposto, constata-se a incongruência do teor dos respectivos regimentos internos para com os preceitos constitucionais que infirmam a laicidade estatal. Ora, o Brasil é uma nação que reconhece a pluralidade de religiões e crenças, razão pela qual não cabe ao Congresso Nacional proceder à invocação de um Deus de certa religião em detrimento das outras, mas manter postura neutra, em conformidade com os preceitos da Carta Maior.

Por outro lado, existem argumentações no sentido de atribuir caráter universalista ao aludido trecho. Ou seja: ao promover a invocação de Deus, o Congresso Nacional abarcaria todas as religiões cultuadas em âmbito nacional, o que supostamente não demonstraria preferência por uma religião em relação às demais. Ao observar, contudo, a prescrição constante do art. 79, §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o argumento cai por terra: é a Bíblia – livro

sagrado das religiões cristãs – que deve ficar sobre a mesa e pode ser utilizada por qualquer membro da Câmara.

Mesmo que inexistente tal disposição no Regimento Interno do Senado, evidencia-se a preferência religiosa no Congresso Nacional, que supostamente deveria ser neutro. Nesse sentido, Celso Bastos e Samantha Meyer afirmam que “[...] o Estado deve manter-se absolutamente neutro”<sup>55</sup> de modo a não “discriminar entre as diversas igrejas e templos existentes, quer para beneficiá-los, quer para prejudica-los”<sup>56</sup>.

Dessa maneira, emerge o seguinte questionamento: se a normativa interna do Congresso Nacional, mesmo que inconstitucionalmente, invoca determinada religião para iniciar os trabalhos legislativos, não seriam boa parte dos congressistas influenciados quando da elaboração de leis? Outrossim, Elza Galdino questiona: “Para que a Bíblia [...] fica à disposição durante toda a sessão? Para algum tipo de consulta? Para inspirar os parlamentares em seu trabalho legiferante? E porque não [...] a Constituição Federal, [...] esta sim a única ‘bíblia’ que deveria ser seguida na casa das leis?”<sup>57</sup>.

Conforme se verá adiante, o supracitado questionamento tem sua pertinência. Ao proceder à análise de algumas propostas de lei, será possível evidenciar a dimensão da influência religiosa no Congresso Nacional, seja de maneira velada ou escancarada. Obviamente, o discurso religioso velado exige maior perspicácia, haja vista estar presente nas entrelinhas de argumentos jurídicos.

### 3.3 PROJETOS LEGISLATIVOS E RESTRIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS LGBT.

Como é sabido, a separação Igreja/Estado e o princípio da laicidade não tem impedido que a Igreja Católica e demais religiões de matriz cristã disputem, no

---

<sup>55</sup> BASTOS, Celso Ribeiro; MEYER-PFLUG, Samantha. Do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 36, jul. 2001. Mensal.p.110.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>57</sup> GALDINO, Elza. **Estado sem Deus**: a obrigação da laicidade na Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p.57.

âmbito público, o significado da reprodução, da sexualidade, da ciência e das novas tecnologias. Frequentemente, as atribuem caráter negativo e pejorativo, a partir dos valores morais e religiosos<sup>58</sup>.

Atualmente, vivencia-se intensa pressão e atuação dos fundamentalistas religiosos em espaços políticos, na mídia, no poder judiciário e demais espaços públicos, sendo os direitos sexuais e reprodutivos os alvos mais visados por este setor na elaboração e aplicação das leis<sup>59</sup>. Tendo isso em vista, cumpre explanar o que são as bancadas das Câmaras dos Deputados e do Senado e, no que toca o presente trabalho, como se desenrola a atuação da Frente Parlamentar Fundamentalista no espaço legiferante.

Segundo Gustavo Tadeu Reis, a definição de frentes parlamentares era nebulosa, haja vista inexistir reconhecimento institucional ou normatização dela e, por isto, tratadas indiscriminadamente por frentes suprapartidárias.<sup>60</sup> Somente em 2005 procedeu-se à regulamentação das frentes parlamentares através da mesa diretora 69/05 que a define como “a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”<sup>61</sup>. A regulamentação, contudo, deu-se somente no âmbito da Câmara dos Deputados, inexistindo quaisquer registros no Senado Federal, embora seus componentes sejam livres para participar de qualquer frente de seu interesse<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 5, p.144-172, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/744>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

<sup>59</sup> VENTURA, Mirian. Pontos de contato constitucionais entre Estado e Instituições Religiosas. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista Para A Democracia, 2006. Cap. 4, p. 14. Disponível em: <[http://aads.org.br/arquivos/EL\\_2006.pdf](http://aads.org.br/arquivos/EL_2006.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

<sup>60</sup> SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura)**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014\\_GustavoTadeuReisSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014_GustavoTadeuReisSilva.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015. p. 15.

<sup>61</sup> MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ato da Mesa Nº 69, de 10/11/2005**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>62</sup> SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura)**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:

Entretanto, em razão da pobre regulamentação no tocante à formalização das frentes, foi concebido o Projeto de Resolução nº 52/2011, pelo Deputado Vicente Candido (PT-SP) almejando dar maiores contornos às prerrogativas e limitações daquelas, bem como incluindo a possibilidade de participação de membros da sociedade civil como colaboradores. A análise de referida normativa, contudo, não será procedida no presente trabalho.

Ainda, convém distinguir as bancadas dos blocos parlamentares, conforme a conceituação fornecida nas páginas eletrônicas da Câmara dos Deputados e Senado. Por bancada parlamentar, compreende-se o “Agrupamento organizado dos parlamentares de uma mesma representação partidária”<sup>63</sup>, ao passo em que o bloco parlamentar consiste em “Aliança das representações parlamentares de dois ou mais partidos políticos que passam a atuar na Casa Legislativa como uma só bancada, sob liderança comum”<sup>64</sup>.

Apesar da utilização indiferenciada dos aludidos vocábulos, as comumente denominadas Bancadas pertencem à acepção de Frente Parlamentar. Nada obstante, para os fins do presente trabalho optou-se pela utilização indiscriminada destes tão somente no sentido da primeira definição. Superadas tais distinções vocabulares, buscar-se-á sintetizar o que é a Frente Parlamentar Fundamentalista, sua composição e atuação no Congresso Nacional.

Quanto à adjetivação da aludida frente, no entendimento de Antonio Flavio Pierucci, o conceito *fundamentalismo* inicia-se na irracionalidade de uma convicção religiosa<sup>65</sup>. O fundamentalismo emerge no seio do protestantismo americano, em oposição aos protestantes liberais e modernistas, tendo como corolário a interpretação da Bíblia no sentido integral de seus termos<sup>66</sup>.

É nesta orientação que atuam os componentes da Frente Parlamentar Evangélica, comumente denominada Bancada Fundamentalista, “instituída em 18 de outubro de 2003, na Câmara dos Deputados [...] por deputados do segmento

---

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014\\_GustavoTadeuReisSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014_GustavoTadeuReisSilva.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015. p. 16.

<sup>63</sup> **Glossário da Câmara dos Deputados:** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario/b.html#Bancadaparlamentar>> Acesso em: 20 abr 2015

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> PIERUCCI, Antonio Flavio. Estado Laico, Fundamentalismo e a Busca da Verdade In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista Para A Democracia, 2006. Cap. 1, p. 5. Disponível em: <[http://aads.org.br/arquivos/EL\\_2006.pdf](http://aads.org.br/arquivos/EL_2006.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 6.

evangélico filiados a partidos políticos de bandeiras antagônicas, mas unidos na defesa da ética, da vida humana, família, da liberdade religiosa e de uma sociedade justa e igualitária”<sup>67</sup>. Ainda em relação às suas finalidades, o art. 2º, inc. III, do Estatuto da Frente Parlamentar invoca a consecução daquelas, observados os “propósitos de Deus”. Veja-se:

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica:  
III) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, **segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra;**

Ora, tanto pela estruturação interna da Frente Parlamentar Evangélica, como pelas manifestações de seus componentes, resta evidente o intuito de restringir, às minorias em geral, inúmeros direitos usufruídos por grande parcela da coletividade. Trata-se de uma sociedade enquadrada no ideal heteronormativo, onde a moral e ética advindas da religião se fazem presentes.

Os aludidos posicionamentos possuem, inclusive, caráter antidemocrático, vez que realçam a suposta preponderância da maioria pela minoria. À título de exemplificação, são invocadas as palavras proferidas pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em ambiente externo às atribuições parlamentares: “Não sou eu que não vou deixar a pauta progressista andar, não sou eu que sou conservador. A maioria da sociedade pensa conforme nós pensamos. É só deixar que a maioria seja exercida, e não a minoria”<sup>68</sup>.

Assim, para além dos comportamentos individuais dos parlamentares fundamentalistas externamente ao Congresso Nacional, que influencia a sociedade com valores arcaicos e discriminatórios, sua atuação dá-se em conjunto internamente, sob o suposto corolário da proteção da família. Sob essa perspectiva, restringem os direitos da população que, em desajuste com as expectativas sociais tradicionais, supostamente não teria o direito de “impor seus valores à maioria”.

Para além dos elementos apresentados, proceder-se-á à análise de algumas propostas legislativas, cuja ordem de apreciação rege-se pelo grau de erudição da

<sup>67</sup> **Sobre a Frente Parlamentar Evangélica.** Disponível em <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/sobre-a-fep>> Acesso em: 20 abr. 2015

<sup>68</sup> FPEBRASIL. **Para Eduardo Cunha a maioria da sociedade é conservadora.** Disponível em <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/335-para-eduardo-cunha-a-maioria-da-sociedade-brasileira-e-conservadora>> Acessado em: 20 abr. 2015.

justificativa. Ou seja: primeiramente, serão examinadas propostas manifestamente violadoras da laicidade estatal e, em seguida, as que apesar de elevado grau de erudição e técnica jurídicas, estão impregnados por viés religioso.

Proposta que, se fosse aprovada, seria manifestamente inconstitucional é o Projeto de Emenda Constitucional nº 16/2015 ou PEC dos Apóstolos, de autoria do deputado Cabo Daciolo (PSOL-RJ), cujo objeto é a substituição do vocábulo “povo” por “Deus” no parágrafo único do enunciado do primeiro artigo da Constituição Federal<sup>69</sup>. Na hipótese de aprovação da referida emenda no diploma maior, o Estado voltaria a ter sua legitimação no divino, ao menos formalmente. Veja-se:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Parágrafo único. Todo o poder **emana de Deus**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Para além de ofender o princípio da laicidade estatal, a proposição de emenda ameaça uma das estruturas do pleno Estado de Direito: a legitimação do poder pelo povo e não pelo divino. Ainda, é possível observar que as justificativas do parlamentar são manifestamente religiosas e destituídas de qualquer concretude. Veja-se: “O doutor em teologia e bispo, Jacques Bossuet, acertou ao afirmar que todo poder vinha de Deus, mas errou ao colocar o rei numa posição de irrecorribilidade. [...] O homem acerta quando ouve a voz de Deus e a põe em prática. [...] ao final e ao cabo, é Deus quem governa e detém todo o poder. É Deus quem está no controle de todas as coisas”<sup>70</sup>.

O projeto menciona, como fundamento, a invocação de Deus constante do Regimento Interno da Câmara e do Senado, uma vez que “percebe-se, sem sombra de dúvidas, que a presença de Deus é reconhecida pelos congressistas” mas que existe “um lapso na redação do parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal”.

O autor do projeto afirma que “A legitimidade do povo para votar e exercer a cidadania [...] não exclui a autoridade de Deus sobre as nossas vontades e

<sup>69</sup> FOCO, Congresso em. **Deputado quer trocar povo por Deus na Constituição**. 2015. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputado-quer-trocar-povo-por-deus-na-constituicao/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

<sup>70</sup> **Projeto de Emenda Constitucional 12/2015**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1313782&filename=PEC+12/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313782&filename=PEC+12/2015)> Acesso em: 18 abr. 2015

desígnios” e “Se Deus pode nos proteger de algum mal, logo subtede-se que o poder está em suas mãos”. Ademais, aduz que “o povo [...] entenderá que todo joelho deve se dobrar diante do Deus Altíssimo.”

Dessa maneira, a partir do cotejo entre os pressupostos apresentados e o aludido projeto de emenda constitucional, resta indubitoso que sua promulgação seria objeto de ADI, dada a manifesta inconstitucionalidade ao violar uma série de princípios constitucionais.

Para além da faculdade de manifestar-se livremente em relação aos inúmeros debates erigidos no Congresso Nacional, ao parlamentar cabe também observar os preceitos constitucionais. Neste sentido, José Maria G. de Almeida Jr. leciona que “Nos termos da Constituição Federal [...] o Brasil adota [...] o princípio de separação entre Estado e Igreja, entre instituições governamentais e religiosas” e, “Portanto, proposições ou outros trabalhos parlamentares de caráter religioso ferem esse princípio constitucional”<sup>71</sup>. Inclusive, “Procedimentos dessa natureza levam à criação de vínculos oficiais entre [...] entes estatais e religiosos, o que [...] é pernicioso tanto para um lado como para o outro”<sup>72</sup>.

Assim, aos defensores da laicidade e dos direitos dela advindos, nas palavras de Roberto Blancarte, “cabe o dever de recordar de maneira permanente aos legisladores e funcionários públicos que seu papel não é de impor políticas públicas a partir de suas crenças pessoais, senão o de levar a cabo suas funções de acordo com o interesse público, definido pela vontade popular da maioria, sem excluir os direitos das minorias”<sup>73</sup>.

O projeto em questão representa o contexto vivido no Poder Legislativo, no qual há diversas proposições impregnadas por valores religiosos, normalmente elaboradas por componentes da Bancada Fundamentalista. Ocorre, contudo, que nem sempre serão observadas, em um projeto de lei, justificativas explicitamente religiosas, ensejando análises mais acuradas do texto proposto. Dito isso, procede-se à tratativa de proposições que, embora contenham fundamentos jurídicos, possuem discursos religiosos velados.

---

<sup>71</sup> ALMEIDA JR., José Maria G. de. **Inconstitucionalidade de proposições e outros trabalhos parlamentares de caráter religioso (princípio da laicidade)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnotec/tema11/pdf/300836.pdf> > Acesso em: 18 abr. 2015. p. 3.

<sup>72</sup> *Idem*

<sup>73</sup> BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap. 1, p. 27.



Adiante, emerge o Projeto de Lei nº 6583/13 ou Estatuto da Família, proposto pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE). Através desse, busca-se a instituição, no ordenamento jurídico pátrio, de disposições sobre os direitos da família, assim como diretrizes para políticas públicas voltadas ao apoio da entidade familiar. O substitutivo, por sua vez, exclui os casais homossexuais do rol de legitimados para a adoção de crianças, supostamente por não ostentarem status de entidade familiar.

Com efeito, o artigo 2º da aludida proposta define a entidade familiar “como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”<sup>74</sup>. O autor fundamenta a proposição invocando o art. 226, da Constituição Federal, dispositivo que estabelece que a família é a base da sociedade e, portanto, passível de proteção estatal.

A proposta, ainda, foi objeto de parecer elaborado por uma comissão especial constituída para sua apreciação, o que desencadeou votos divergentes.

No primeiro, proferido pelo relator deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), entendeu-se ser taxativo o rol de entidades familiares abarcados pela Constituição Federal, advindas do casamento civil, da união estável ou constituída por qualquer dos pais e seus descendentes (monoparental). Outrossim, considerou ser a união entre pessoas do mesmo sexo tão somente **relações de mero afeto** uma vez que àqueles restaria impossível a procriação, supostamente a essência do instituto familiar. Veja-se:

É óbvio [...] só ser possível a geração conjunta de novos cidadãos da união do homem com a mulher e, apenas dessa instituição, a família, que o Estado teria justificativa de exigir conjuntamente e pessoalmente o cumprimento do dever do art. 227 e de conferir ESPECIAL proteção do Estado. É importante asseverar que apenas da [...] união de um homem com uma mulher, há a presunção do exercício desse relevante papel social que a faz ser base da sociedade.<sup>75</sup>

Nesse sentido, aduz que ao Estado seria injustificado promover o subsidio de relação de dependência entre adultos quando dela não originarem filhos, razão

<sup>74</sup> **Projeto de Lei 6583/13.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> Acesso em: 20 abr. 2015.

<sup>75</sup> **Parecer referente ao Projeto de Lei 6583/13.** p. 15 Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013)> Acesso em 17 abr. 2015.

pela qual seriam dignos de proteção tão somente aqueles que ostentem o poder de perpetuação da sociedade.

A alegação, até então pautada em argumentos aparentemente jurídicos, faz transparecer a sua valoração religiosa ao invocar o preâmbulo da Constituição Federal como subsídio à exclusão das uniões homossexuais do conceito de família.

Nas palavras do relator, “apesar de o Estado ser laico [...] todo o arcabouço jurídico que o constituinte coloca [...] é dado sob a proteção de Deus”<sup>76</sup>, razão pela qual “deve-se também esperar respeito [...] ao credo reconhecidamente balizador dos valores da maioria absoluta de religiosos e não religiosos e que construiu nossa sociedade brasileira”<sup>77</sup>.

No tocante ao instituto da adoção, sob o corolário de proteção do interesse das crianças, o deputado sustenta a imprescindibilidade das figuras paterna e materna e, portanto “nas relações de mero afeto, sobretudo nas que as pessoas [...] forem de mesmo sexo, a criança [...] passaria a ter [...] a ausência do pai e da mãe”<sup>78</sup>.<sup>79</sup> A partir deste raciocínio, contudo, constata-se a incongruência do mesmo ao amenizar a questão de adoção por pessoas solteiras, haja vista se tratar de família monoparental e, ainda, considerar os homossexuais como indignos da parentalidade, reabrindo o debate sobre a patologização desta orientação sexual<sup>80</sup>.

Novamente, o autor adentra à esfera religiosa ao utilizar o depoimento de figura pública associada à Igreja Católica, que faz analogia entre as novas manifestações familiares e o Cavalo de Troia, “invenção utilizada pelos gregos [...] para invadir e destruir a cidade homônima”<sup>81</sup>.

Nada obstante a tentativa do relator em dar contornos jurídicos à fundamentação, eivada de apontamentos de cunho religioso, observa-se o emprego de um conceito naturalizado de família, atualmente inutilizado pela doutrina. Assim, acertado é o entendimento da deputada Manuela D’Ávila, em seu voto divergente,

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.19.

<sup>79</sup> O Projeto de Lei nº 7018/2010 que igualmente veda a adoção de crianças por casais homossexuais utiliza-se de semelhantes fundamentos. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/747302.pdf>> Acesso em 19 abr 2015.

<sup>80</sup> Ressalta-se que a homossexualidade não é mais compreendida como distúrbio mental há 23 anos, quando foi retirada da lista de Código de Doenças Internacionais pela OMS: <http://www.emdialogo.uff.br/content/ha-23-anos-homossexualidade-deixava-de-ser-considerada-pela-oms-uma-doenca-mental>.

<sup>81</sup> **Parecer referente ao Projeto de Lei 6583/13.** p. 22 Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013)> Acesso em 17 abr. 2015.

ao afirmar que família é “um fenômeno socioantropológico em permanente transformação”<sup>82</sup>.

Embora os debates envolvendo a conceituação de família pareçam não guardar relação com a temática da laicidade estatal, o sentido atribuído ao vocábulo, por parte dos fundamentalistas, é manifestamente religioso. Trata-se de apropriação pela Igreja Católica que, segundo Matheus Antonio da Cunha, “transformou o casamento em instituição sacralizada e indissolúvel, [...] a qual ultrapassou milênios e predomina até os dias atuais”<sup>83</sup>.

Nessa toada, Orlando Gomes aduz que “A Igreja sempre se preocupou com a organização da família, disciplinando-a por sucessivas regras [...], que por longo período histórico vigoraram, entre os povos cristãos, como seu exclusivo estatuto matrimonial. Considerável, [...] é a influência do direito canônico na estruturação jurídica do grupo familiar”.<sup>84</sup>

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o modelo autoritário e patriarcal caiu por terra, vez que instituiu-se um modelo de família pautado nos corolários da igualdade, solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana, assim como foram reconhecidas entidades familiares pautadas no afeto e vedadas quaisquer diferenciações quanto aos filhos havidos dentro ou fora do casamento<sup>85</sup>. Infere-se, portanto, a instituição da afetividade como princípio norteador das entidades familiares, em detrimento do ideal familiar pregado pelos parlamentares fundamentalistas.

Ainda que o supracitado princípio ostente natureza implícita, Caio Mário afirma que figura como “uma das grandes conquistas advindas da família contemporânea”<sup>86</sup>, uma vez que a ênfase no afeto possibilitou a pluralidade de entidades familiares. Por conseguinte, acrescenta Paulo Lobo que “o afeto não é

---

<sup>82</sup> **Projeto de Lei nº 6583/13 – Voto em Separado**. p. 1. Disponível em < [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1295008&filename=VTS+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295008&filename=VTS+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013)> Acesso em: 17 abr. 2015.

<sup>83</sup> CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332). Acesso em: 19 Abr. 2015

<sup>84</sup> GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 40

<sup>85</sup> CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332). Acesso em: 19 Abr. 2015

<sup>86</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Vol. V. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 23.

fruto da biologia. Os laços de afeto de solidariedade derivam da convivência e não do sangue”<sup>87</sup>.

Evidencia-se, pois, a ausência de concretude jurídica nas fundamentações tanto do projeto em questão como do voto que lhe assegurou constitucionalidade. Em um Estado onde as entidades familiares são regidas pela afetividade, as argumentações parlamentares pautadas na defesa da família tradicional perdem sua razão de ser.

Resta tão somente a moral religiosa, cujo intuito é restringir os direitos das minorias sexuais, o que demonstra a inobservância do legislador para com os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal. Com efeito, conforme leciona Ingo Wolfgang Sarlet, ao legislador é vedada “a edição de atos legislativos contrários às normas de direitos fundamentais”<sup>88</sup> e isto “implica um dever de conformação de acordo com os parâmetros fornecidos pelas normas de direitos fundamentais e, neste sentido, também um dever de realização destes [...]”<sup>89</sup>, mandamento este frequentemente inobservado pelos membros do Congresso Nacional.

A partir do exposto, inexistem dúvidas de que a religião, de uma maneira ou de outra, permeia o Poder Legislativo internamente – algo demonstrado através das disposições regimentais da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como da existência de uma Frente Parlamentar Evangélica – e externamente – por meio da proposição de leis manifestamente discriminatórias e da obstrução daquelas que concretizam direitos LGBT’s. Portanto, verifica-se manifesta violação à uma gama de princípios constitucionais, dentre eles a igualdade e a laicidade.

Constatando-se que a influência religiosa no Poder Legislativo não consiste em especulação mas em realidade no âmbito nacional, emerge o seguinte questionamento: tendo em vista a influência da religião na esfera política nos tempos hodiernos, a interpretação que se faz ao princípio da laicidade estatal não seria obsoleta? Em que pese as entidades religiosas não sejam consideradas como atores políticos, talvez seja correto compreendê-las assim, dada a sua inegável

---

<sup>87</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Filiação – Direito ao Estado de Filiação e Direito à Origem Genética: Uma Distinção Necessária.** Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, Belo Horizonte: IBDFAM, v.5, n.19, p. 133-156, ago.-set. 2003. p. 135.

<sup>88</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 329.

<sup>89</sup> *Idem.*

influência em se tratando de decisões polêmicas no âmbito de atuação dos Poderes Constituídos.

É a partir destes questionamentos que se forma o objeto do próximo capítulo, cujo eixo central circunda a releitura da teoria clássica que embasa a laicidade estatal através de apresentação das ideias de politização reativa, dissidências religiosas e laicidade militante.

#### 4 A RESSIGNIFICAÇÃO DA LAICIDADE: OS FENÔMENOS CONTEMPORÂNEOS

No plano normativo quiçá se possa asseverar que a separação Igreja/Estado no Brasil é um acontecimento dado, afirmativa que, no plano analítico, resta equivocada. Com efeito, conforme afirma Rulian Emmerick, nas disputas habituais das relações sociais de poder, o religioso ainda se faz presente com larga expressão no palco público e, não raramente, leis e políticas públicas restam saturadas de valores religiosos<sup>90</sup>. Este evento por vezes atinge a questão da garantia de cidadania e direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Apesar do projeto constitucional de um efetivo Estado laico, é manifesta a influência de um rol bem delineado de entidades religiosas operando no âmbito político nacional, o que estremece as bases da teoria da secularização e, portanto, enseja a sua rediscussão. Assim, a laicidade voltou a demandar atenção pela academia e pela política como forma de regular a existência de tradições religiosas conservadoras em sociedades cada vez mais plurais<sup>91</sup>, o que reflete também nos debates sobre os direitos sexuais e democratização da política.

É sabido que os movimentos feministas e pela diversidade sexual objetivam desconstruir a tradicional hierarquia sexual, pautada no matrimônio heterossexual e reprodutivo e que marginaliza outras identidades e práticas sexuais<sup>92</sup>. Segundo Juan

---

<sup>90</sup> EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 5, p.144-172, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/744>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

<sup>91</sup> VAGGIONE, Juan Marco (Org.). **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. (Colección de Cuadernos "Jorge Carpizo"). Disponível em: <[http://catedra-laicidad.unam.mx/?page\\_id=122](http://catedra-laicidad.unam.mx/?page_id=122)>. Acesso em: 30 maio 2015. p. 3.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 4.

Marco Vaggione, temáticas que há pouco tempo eram colocadas à margem da legalidade como a união homoafetiva e o aborto, começam a transformar-se em direitos e com a sua parcial implementação indicam uma pluralização da sociedade e da política<sup>93</sup>. Contudo, sendo uma via de mão dupla, a mudança de paradigma também ensejou a reação dos fundamentalistas religiosos.

Atualmente no Brasil, segundo Rulian Emmerick, presencia-se a disseminação e circulação de entidades religiosas orientadas na busca por efetividade política<sup>94</sup>. Para isso, objetivando a reinserção da esfera religiosa no âmbito político, as denominações religiosas passaram a reconfigurar o discurso religioso a fim de atribuir-lhe natureza jurídico-política.

Assim, no entendimento de Juan Marco Vaggione, a política contemporânea passa a ser permeada por questões que tratam tanto da religião como da sexualidade que, ao caminharem da esfera privada à pública, passaram a constituir calorosos debates que circundam a construção do direito, a noção de justiça, bem como a compreensão sobre as principais marginalizações contemporâneas<sup>95</sup>.

Neste sentido, acrescenta o autor que as querelas sobre a sexualidade levam a debater o papel das religiões no projeto da laicidade como horizonte normativo democrático, haja vista que o avanço de reconhecimentos e direitos que ampliam a diversidade e a liberdade sexual implicam no retraimento do religioso<sup>96</sup>. Disso decorre a reação do segmento fundamentalista deste setor. Parte da (re)politização ou “reação” das religiões, portanto, tem relação com a defesa de um modelo tradicional de família que se considera ameaçado pelo pluralismo das sociedades contemporâneas<sup>97</sup>.

Neste contexto de tensão entre o reconhecimento de direito das minorias sexuais e a reinserção de entidades religiosas na seara da política é que se passa a questionar as bases da laicidade estatal através de algumas teorias que teriam o

---

<sup>93</sup> *Idem*.

<sup>94</sup> EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 5, p.144-172, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/744>>. Acesso em: 19 abr. 2015. p. 146.

<sup>95</sup> VAGGIONE, Juan Marco (Org.). **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. (Colección de Cuadernos "Jorge Carpizo"). Disponível em: <[http://catedra-laicidad.unam.mx/?page\\_id=122](http://catedra-laicidad.unam.mx/?page_id=122)>. Acesso em: 30 maio 2015. p. 4.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>97</sup> *Idem*.

condão de promover um melhor entendimento dos conflitos travados entre religião e pluralismo no seio de uma democracia constitucional.

A teoria da secularização pode ser sumariada a partir da proposta de José Casanova<sup>98</sup>, que identifica três subteses que, conexas entre si, a constituem: (i) a diferenciação de esferas, no sentido de estabelecer na modernidade um Estado emancipado das tradições religiosas; (ii) a privatização do religioso, haja vista ser a esfera pública pensada apenas como uma arena exclusivamente secular; e (iii) a tendência ao retraimento das crenças<sup>99</sup>.

Neste diapasão, Juan Marco Vaggione afirma que “La separación y autonomización sumada a la privatización no solo se registran como datos históricos, sino que también se inscriben como horizonte normativo para los sistemas democráticos”<sup>100</sup>. É dizer, a teoria da secularização, para além de propor uma narrativa sobre as inúmeras modificações concernentes à articulação entre o religioso e o político como fruto da modernização, também diz respeito a uma construção normativa sobre o espaço destinado ao religioso nas democracias contemporâneas, isto é, versa sobre os arranjos legais que regulam a separação entre o religioso e o político<sup>101</sup>.

Com efeito, dentro das diversas construções utilizadas para referenciar este nível normativo, emerge a laicidade como a mais popular na América Latina cuja utilização é parâmetro regulatório entre os vínculos entre o religioso e o político.

A laicidade implica em uma forma de governo autônomo e independente das religiões e que, por isso, assume um posicionamento neutro e imparcial em razão da pluralidade de religiões e crenças. Outrossim, compreende o respeito à liberdade de consciência e sua prática individual coletiva, bem como a autonomia do político e da sociedade civil frente às normas religiosas e filosóficas particulares<sup>102</sup>.

Tanto a secularização como a laicidade propõem modelos normativos nos quais o religioso é marginalizado pelo político. Nesta direção, os aludidos conceitos são convergentes na defesa de um sistema democrático que resguarde a política

---

<sup>98</sup> CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>100</sup> VAGGIONE, Juan Marco (Org.). **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. (Colección de Cuadernos "Jorge Carpizo"). Disponível em: <[http://catedra-laicidad.unam.mx/?page\\_id=122](http://catedra-laicidad.unam.mx/?page_id=122)>. Acesso em: 30 maio 2015. p.8.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 12.

das religiões. Apesar deste objetivo, emerge o dever de se apontar as suas limitações presenciadas nos tempos hodiernos.

Assim sendo, Ricardo Mariano pondera que a emergência “de grupos religiosos na esfera pública [...] e do crescimento de novos movimentos religiosos e de religiões mágicas e fundamentalistas [...], a teoria da secularização [...] tornou-se objeto de acirrada controvérsia na sociologia da religião”<sup>103</sup>. Juan Marco Vaggione, por sua vez, acrescenta ser possível indicar uma série de posturas não necessariamente coesas, que vão desde aquelas que consideram a necessidade de se ajustar as teorias sobre a secularização e a laicidade, até aquelas que afirmam que estas teorias devem ser abandonadas e superadas para que se possa dar conta da política contemporânea.<sup>104</sup> Estas revisões críticas são responsáveis por mitigar as referidas subteses que compõe o arcabouço dos conceitos de secularização e laicidade.

Neste contexto, emerge o fenômeno da “politização reativa”, que será tratado adiante, compreendido como uma série de mutações na articulação entre religião e política que envolvem os atores, os argumentos e as estratégias utilizadas para resistir às conquistas relacionadas aos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Igualmente, a influência paradigmática da secularização tende a apresentar uma definição essencialista do fenômeno religioso. Desta maneira, no tocante ao gênero e à sexualidade, tende-se a generalizar o religioso como o sustentáculo do patriarcado. Neste sentido, segundo o aludido autor, têm-se o menosprezo da importância das denominadas dissidências internas religiosas, cuja legitimação política incrementa o debate das referidas pautas no âmbito político<sup>105</sup>, conforme se verá adiante.

Por outro lado, face ao fenômeno da politização reativa emerge a contrarreação ao avanço do conservadorismo religioso no âmbito político por meio

---

<sup>103</sup> MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.238-258, 16 set. 2011. EDIPUCRS.. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>>. Acesso em: 30 jul. 2015 p. 239.

<sup>104</sup> VAGGIONE, Juan Marco (Org.). **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. (Colección de Cuadernos "Jorge Carpizo"). Disponível em: <[http://catedra-laicidad.unam.mx/?page\\_id=122](http://catedra-laicidad.unam.mx/?page_id=122)>. Acesso em: 30 maio 2015. p.15.

<sup>105</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 68.



do uso do imperativo constitucional da laicidade estatal tanto por indivíduos como por organizações. Tais ações em defesa do referido princípio, embora com o nobre de intuito de afastar o avanço da pauta conservadora no âmbito nacional passam a ostentar conotação laicista, quando menos, o que poder-se-ia denominar de laicidade militante por analogia ao conceito de democracia militante, termo cunhado pelo autor Karl Loewenstein<sup>106</sup>.

Realizada esta breve explanação, passa-se ao aprofundamento destes temas.

#### 4.1 O FENÔMENO DA POLITICAÇÃO REATIVA

Na América Latina a importância da secularização como teoria e como doutrina política se vê enfatizada pela presença da Igreja Católica. Gênero e sexualidade são as dimensões onde este poder resta mais evidenciado. Como assevera Juan Marco Vaggione, esta visibilidade praticamente hegemônica revela tanto a incompleta separação entre Igreja e Estado como a emergência de setores fundamentalistas contrários ao pluralismo<sup>107</sup>.

É comum observar relações onde alguns parlamentares, em troca de legitimidade, aprovam a proteção da família de acordo com valores exclusivamente cristãos. Neste sentido, Alba M. Ruibal afirma que “o conservadorismo religioso muitas vezes atua sobre o sistema político por meio de sua capacidade de influência com poder de fato, e não como participante de um debate aberto entre distintas forças políticas e cidadãos”<sup>108</sup>.

Com efeito, no âmbito nacional as igrejas neopentecostais, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus, interferem diretamente no sistema político

<sup>106</sup> LOEWENSTEIN, Karl. Militant Democracy and Fundamental Rights. The American Political Science Re, XXXI, nº 3, 1937.

<sup>107</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 69.

<sup>108</sup> RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 14, p.111-138, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 jul. 2015. p. 118.

através da eleição de seus próprios representantes em posições legislativas e executivas. Como assevera a autora, a grande influência das igrejas em setores da população faz com que atores políticos procurem seu total apoio<sup>109</sup>.

Outro exemplo diz respeito ao lobby religioso durante a campanha presencial de 2010, cuja pressão das igrejas conservadoras no tocante à temática do aborto fez com que a então candidata Dilma Rousseff, anteriormente favorável ao aborto por razões de saúde pública, subscrevesse um compromisso de não promover mudanças nas legislações que envolviam não só o aborto mas também o tradicional conceito familiar defendido pelos conservadores<sup>110</sup>.

É correta, portanto, a conclusão de Kauara Rodrigues *et al* de que no Brasil os representantes dos cidadãos mantêm estreita relação com as igrejas católica e evangélica. Isto porque “La política y la religión se mezclan sin mayores culpas: sacerdotes y pastores se convierten en alcaldes, diputados y senadores, financiando las iglesias y parroquias, y a su vez las iglesias financian las campañas de [...] candidatos, cuyos proyectos de ley estarán luego motivados por preceptos religiosos”<sup>111</sup>.

Por outro lado, os setores progressistas, buscando romper com a hegemonia da Igreja na regulação do corpo, apelam pela necessidade de se completar a secularização como forma de permitir uma institucionalização mais democrática de gênero e sexualidade. Desta maneira, em razão do incremento dos movimentos sociais pelos direitos sexuais e reprodutivos, os setores religiosos conservadores modificaram suas estratégias a fim de reagir ao processo de ampliação daqueles direitos.

Como já referenciado, a separação não significa a privatização do fenômeno religioso. Pelo contrário, revisões da teoria da secularização sustentam que é precisamente a dita separação que possibilita que as religiões se constituam em atores públicos das sociedades contemporâneas. Assim, nas palavras de Juan Marco Vaggione, a separação do Estado reposiciona a Igreja dentro da sociedade civil e, deste modo, como gerador de políticas de influência<sup>112</sup>.

---

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>111</sup> RODRIGUES, Kauara et al. **Los fundamentalismos religiosos y políticos como amenaza para los derechos de las mujeres: desafíos para el Poder Legislativo en Brasil**. Brasília: CFEMEA, 2010. p. 3.

<sup>112</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las**

Pois bem, sabe-se que a partir do Concílio Vaticano II, a igreja aceitou a separação do Estado e o pluralismo religioso. Isto não significou, contudo, que a institucionalização da separação foi completa. Todavia, é possível afirmar que esta, ao menos como princípio democrático, foi aceita pelos principais atores políticos. Ainda que ambígua e parcial, também dotou a Igreja de maior autonomia e legitimidade em suas ações, ao menos potencialmente em uma instância crítica, como nos casos do Chile ou Brasil ditatoriais.

Desta maneira, mesmo que exista a intenção de assumir que a separação do Estado implica uma Igreja menos influente, a relação é mais intrincada. Como evidenciado acima, é possível rastrear nessa mesma separação uma instituição que joga num papel diferente, contudo, não menos poderoso. Por um lado, a Igreja se articula como um ator da sociedade civil e desde ali pressiona o Estado e a sociedade política – trata-se do que José Casanova entende por desprivatização da religião<sup>113</sup>. Por outro lado, tem gerado uma maior legitimidade entre os cidadãos e, por isso, obtém uma cota maior de poder simbólico na defesa de seus princípios doutrinários.

Sem descartar a necessidade de efetivação da laicidade dos Estados é importante compreender a Igreja como um ator legítimo da sociedade civil. Para além de Estados laicos, deve-se pensar em Estados autônomos com poder suficiente para proteger minorias frente aos distintos lobbies, sendo o eclesiástico um deles. Assim, conforme afirma Juan Marco Vaggione, a ambiguidade da Igreja na América Latina, sendo parte da sociedade civil sem deixar de ser parte do Estado, requer também políticas bifrontes<sup>114</sup>.

Para tanto, o fenômeno da politização reativa capta tanto a ação da Igreja como a de organizações religiosas conservadores como constantes da sociedade. Estas, embora pressionem o Estado, não violam o princípio da laicidade.

Neste diapasão, o referido autor informa que uma das mudanças importantes dentro dos setores religiosos conservadores tem sido a articulação de organizações não governamentais. Desde os anos 70, iniciando-se nos EUA e logo

---

**mujeres.** México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 72.

<sup>113</sup> CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago, University of Chicago Press, 1994.

<sup>114</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres.** México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 73.

expandindo-se globalmente, observa-se um crescente número de agrupações conectadas a distintas denominações religiosas, que agem pressionando os Estados a fim de evitar a institucionalização das demandas feministas e minorias sexuais.

Se nos Estados Unidos estas agrupações surgiram uma vez que o aborto foi descriminalizado, na América Latina, as mesmas surgiram “preventivamente”, antes que o aborto ou a homossexualidade passarem a ser parte de algumas agendas políticas<sup>115</sup>. Frente ao pluralismo e a relativização, portanto, a Igreja e as organizações religiosas se constituem nos defensores de uma ordem tradicional e natural montado sobre a família.

Conforme exposto, por detrás desta concepção de família existe muito mais que uma crença religiosa. Nas palavras de Juan Marco Vaggione, trata-se de um regime de verdade onde a religião constitui um elemento chave que se amalgama com dimensões seculares em um todo harmônico<sup>116</sup>. Acrescenta José Manuel Morán Faúndes que tanto estas organizações como a Igreja reduzem ao mínimo o discurso religioso quando se mobilizam para defender sua postura através de “una serie de discursos y estrategias no sólo desde um plano religioso, sino también desde uno secular”<sup>117</sup>.

Ainda que estes discursos sejam “racionais”, não necessariamente apresentam um nível menor de dogmatismo que as crenças religiosas sustentam. Alcinado por Juan Marco Vaggione, o *secularismo estratégico* mostra a facilidade com que os setores mais conservadores amalgamam e mesclam discursos<sup>118</sup>.

Com efeito, Alba M. Ruibal exemplifica que em oposição à legalização e ao acesso ao aborto na América Latina, “o conservadorismo católico tem apelado sistematicamente aos tratados internacionais de direitos humanos, em particular à Convenção Interamericana e ao Pacto pelos Direitos da Criança”<sup>119</sup>. E mais, no

---

<sup>115</sup> *Ibidem*, p.74.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>117</sup> MORÁN FAÚNDES, José Manuel. **El activismo católico conservador y los discursos científicos sobre sexualidad: cartografía de una ciencia heterosexual**. Revista Sociedad y Religión. Vol. 22, nº 37, 2012. p. 167-205.

<sup>118</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 75.

<sup>119</sup> RUIBAL, Alba M. **Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina**. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 14, p.111-138, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 jul. 2015. p. 117.

tocante ao tema, o discurso religioso sobre a instalação da alma no óvulo fecundado é substituído pelo discurso científico cuja argumentação, conforme completa a autora, circunda a proposição de que o zigoto “contém o genoma humano completo, único e não repetível, e por tanto é um ser humano”<sup>120</sup>.

Juan Marco Vaggione, por seu turno, invoca a questão da utilização do preservativo. Assim, à posição tradicional que afirma que as campanhas pautadas em preservativos para prevenir a AIDS incentivam a promiscuidade como um desvalor, somam-se com maior intensidade argumentos “científicos”<sup>121</sup>. O Cardeal Alfonso Lopez Trujillo, por exemplo, argumentou que não se poderia garantir que o preservativo bloqueie o vírus HIV em razão deste fato não ocorrer nem mesmo com o espermatozoide, cujas dimensões são maiores que aquele. Conforme a notícia veiculada, o Cardeal afirmou que “O HIV é 450 vezes menor do que o espermatozoide. E o espermatozoide pode passar pela trama do preservativo”<sup>122</sup>.

Ainda que alguns destes argumentos careçam de evidência empírica, como exemplifica José Manuel Morán Faúndes, apresentam-se fundadas em estatísticas e estudos de casos usualmente oriundas de trabalhos produzidos por instituições acadêmicas vinculadas à Igreja Católica, tal qual a Pontifícia Academia para la vida<sup>123</sup>. É criticável a interpretação que se faz dos dados, mas importa destacar que a posição contrária ao uso de preservativo, ainda que motivadas por princípio morais/religiosos, se inscreve como uma posição pautada em evidência científica.

Além disso, a noção também tenta refletir uma dimensão que geralmente é excluída pela influência da teoria da secularização: tanto estas organizações como a Igreja Católica devem ser consideradas como atores legítimos no jogo democrático. Se a Igreja e organizações conexas tem decidido ser parte do jogo democrático em

---

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>121</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 76.

<sup>122</sup> PAULO, Folha de São. **Igreja usa teoria 'científica' contra preservativo**. 2003. Luciana Miranda. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd101003e.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

<sup>123</sup> MORÁN FAÚNDES, José Manuel. **El activismo católico conservador y los discursos científicos sobre sexualidad: cartografía de una ciencia heterosexual**. Revista Sociedad y Religión. Vol. 22, nº 37, 2012. p. 171.

defesa de suas concepções de família é necessário entendê-los como atores que geram um espaço político<sup>124</sup>.

Ocorre que enquanto a teoria da secularização se concentra na separação Igreja/Estado, descuida-se das maneiras mais democráticas que a Igreja e os setores religiosos conservadores se mobilizam na América Latina para evitar o avanço das questões de gênero e sexualidade, fortalecendo-as indiretamente.

Deve-se, portanto, superar este reducionismo e entender a sociedade civil, como arena democrática que é, como o espaço para a articulação de todas as posições. Persistir que a influência pública da Igreja na América Latina obedece somente a uma insuficiente separação com o Estado é inviabilizar espaços alternativos onde confrontar e antagonizar a Igreja como ator político<sup>125</sup>.

Inclusive, passando-se a considerar as igrejas católica e evangélica – que por si só, ostentam grande influência na sociedade – abre-se margem para a inclusão de entidades e organizações religiosas menores que carecem de voz no espaço público. Como se verá adiante, as denominadas dissidências internas poderão auxiliar do debate e das pautas das minorias sexuais.

## 4.2 A IGREJA CONSERVADORA E AS SUAS DISSIDÊNCIAS

Juan Marco Vaggione aponta outra limitação da teoria da secularização, qual seja a tendência de construir o religioso de forma homogênea e com características totalmente distintas do secular. Nesse sentido, o religioso é comumente definido como irracional e dessa maneira, inapto ao discurso na esfera pública<sup>126</sup>.

Quando se consideram temas conectados ao gênero ou à sexualidade, a dicotomia religioso/secular é sobreposta em diversos modos com a distinção entre conservador e progressista. O religioso costuma ser definido essencialmente como conectado ao patriarcalismo e à perpetuação da dominação das mulheres e minorias sexuais.

---

<sup>124</sup>VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Producción Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 76.

<sup>125</sup> *Idem*.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 77.

Essa construção generalista, ainda que parcialmente correta, produz entendimento incompleto dos múltiplos entrecruzamentos entre a religião e as definições de gênero e sexualidade. Sem negar que a religião é uma dimensão imprescindível para compreender o patriarcado, o racismo e a homofobia, o autor reconhece ser necessária a existência de, ao menos, duas dinâmicas alternativas: (i) as potenciais consequências liberadoras da religião, apesar de seus conteúdos patriarcais; e (ii) a compreensão de que o religioso é uma dimensão de constante mudança e adaptação, de modo que parte destas mutações tem sido a incorporação, de diversas maneiras, de demandas feministas e das minorias sexuais<sup>127</sup>.

Nessa toada, exemplifica ainda que a secularização como processo histórico nem sempre significou um melhoramento na situação das mulheres. Em alguns casos, a legislação sancionada pelos Estados emergentes em substituição à doutrina católica implicou em uma intensificação na desigualdade entre homens e mulheres. O adultério constitui exemplo interessante: para a doutrina católica a fidelidade entre esposos era definida sem discriminação de gênero. Por outro lado, quando tipificado como delito pelo Estado, configurava-se adultério, em se tratando de um homem na ocorrência de relação estável fora do matrimônio, ao passo em que à mulher bastaria tão somente um ato sexual.

A análise de situações contemporâneas também evidencia inúmeras maneiras pelas quais religiões patriarcais podem ensejar o empoderamento das mulheres: tem-se associado a conversão de mulheres ao pentecostalismo com um nível de igualação de gêneros na esfera doméstica, em particular no tocante à violência e o uso de contraceptivos. Assim, apesar do conteúdo tradicionalmente patriarcal da religião, evidenciam-se consequências liberalizantes advindas da mesma.

Ademais, uma das transformações mais interessantes que se está produzindo é a emergência, no interior de distintas denominações, de pessoas e grupos que se movimentam a fim de compatibilizar sua identidade religiosa com demandas feministas e de minorias sexuais. Esse fenômeno de dissidência religiosa, conforme assevera o autor, imprimiu interessante dinamismo, demonstrando que o mesmo discurso que se usa para oprimir pode ser utilizado para liberar<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> *Idem.*

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 79.

Católicos pró-aborto, muçulmanos queers ou evangélicos pró-gays, posições que para muitos são contraditórias, refletem o tipo de mudança mais interessante que a modernidade acarretou à religião. A modernidade ensejou o pluralismo e demonstrou que esse não está necessariamente conectado à secularização, haja vista a maior autonomia dos crentes para construir suas identidades religiosas e, dentre as inúmeras maneiras de crer, o fenômeno relevante constituído pelos dissidentes.

A dissidência religiosa, portanto, é um fenômeno político importante para enfrentar o rol hegemônico da Igreja na América Latina. Isso porque as pessoas reagem de maneiras diferentes à construção de suas identidades, e o dissenso é uma maneira de negociar identidades religiosas com concepções que advogam em favor dos direitos relacionados ao gênero e à sexualidade.

Com efeito, conforme Juan Marco Vaggione, o dissidente reafirma seu pertencimento com aquilo do que está dissentindo e, “Aunque pueda sonar paradójico, el acto de disentir es un acto de inscripción comunitaria. Diferente al desertor, que vacía el espacio de poder, el disidente reafirma su pertenencia incluso al costo de arriesgar su membresía”<sup>129</sup>.

Outrossim, o dissidente busca romper com consensos assumidos ou impostos, assim como mostrar fraturas que indicam um nível de pluralização de realidades aparentemente homogêneas.

Essas dissidências religiosas manifestam-se de duas maneiras fundamentais: (i) através de teologias feministas e queers que desconstroem as doutrinas oficiais ao evidenciar que o patriarcado é uma construção histórica e cultural, característica que pode ser facilmente reconstruída; e (ii) o surgimento de inúmeras organizações no interior das denominações, mobilizando-se politicamente para inscrever vozes alternativas.

Poder-se-ia, igualmente, enquadrar tais dissidências no conceito de teologias progressistas alcunhado por Boaventura de Souza Santos, cujas essências “fundam-se na distinção entre a religião dos oprimidos e a religião dos opressores e criticam severamente a religião institucional como sendo a religião dos opressores”<sup>130</sup>. Ocorre que as teologias tradicionais intervêm no espaço político

---

<sup>129</sup> *Idem*.

<sup>130</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 43.



objetivando a implementação, na contemporaneidade, das regulações sociais e políticas conservadoras, através de argumentos teológicos que reconduzem a autoridade política à autoridade religiosa. Quanto ao surgimento das teologias progressistas em contraponto às tradicionalistas, o autor afirma que aquelas “teologias são críticas de projetos globais que se constituam como novas formas de poder religioso sobre o espaço público”<sup>131</sup>.

Adiante, dentro do catolicismo, têm-se o grupo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), organização dissidente de maior relevância, em termos de gênero e sexualidade. Criada no Estados Unidos da América, a CDD emergiu em diversos países latino-americanos onde a Igreja Católica ostenta proeminente influência. Dentre os inúmeros objetivos, têm o intuito de “Contribuir com a construção do discurso ético-teológico feminista pelo direito de decidir que defenda a autonomia das mulheres, a diversidade sexual, a justiça social e o direito a uma vida sem violência”<sup>132</sup>.

A organização não só representa um modelo diferente de ser católico – mais plural e dinâmico – como é esfera pública subalterna, que antagoniza os dogmas da Igreja católica através de campanhas nacionais e internacionais. Com efeito, no que tange às teologias feministas que orientam a pauta da referida dissidência, Boaventura de Sousa Santos afirma que estas “criticam a associação da religião e das suas estruturas hierárquicas à ordem patriarcal e à subsequente legitimação do patriarcalismo e da submissão das mulheres”<sup>133</sup>.

Incomum, contudo existentes, são as organizações compostas por mulçumanos homossexuais como a Imaan<sup>134</sup>, sediado em Londres, e a Associação Homossexuais Mulçumanos da França<sup>135</sup>, ambos erigidos com o intuito de conciliar as tradições religiosas com a questão homossexualidade. As atuações dos referidos grupos assemelham-se à das *feministas islâmicas*, que conforme Boaventura de Souza Santos, “parte das experiências de mulheres baseadas em países em que o

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>132</sup> **Católicas pelo Direito de Decidir**. Disponível em <<http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/>> Acesso em: 07 jun. 2015

<sup>133</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 48.

<sup>134</sup> Conforme dispõe a página eletrônica, “Imaan supports LGBT Muslim people, their families and friends, to address issues of sexual orientation within Islam. It provides a safe space and support network to address issues of common concern through sharing individual experiences and institutional resources” Disponível em <<https://imaanlondon.wordpress.com/>> Acesso em 30 jul 2015.

<sup>135</sup> **Homosexuels Mulsmans 2 France**. Disponível em <[http://www.homosexuels-musulmans.org/gay\\_muslims.html](http://www.homosexuels-musulmans.org/gay_muslims.html)> Acesso em 30 jul 2015.

islã fundamentalista domina aqueles que lutam por reformas jurídica ou interpretações da *shari'a* capazes de garantir a plena cidadania das mulheres”<sup>136</sup>, ou seja, procede-se à uma releitura crítica do Corão.

Nada obstante os referidos movimentos ostentarem número menor que os demais, se encontram usualmente em países mais “democráticos”. Isso porque no Islã é manifesto o repúdio àqueles movimentos, muitas vezes em razão de suposta contradição entre os valores religiosos constantes do livro sagrado islâmico com os ideais progressistas que buscam compatibilizar.

O que distingue as organizações dissidentes é a articulação de discursos religiosos como parte de suas inscrições políticas. Conforme leciona Juan Marco Vaggione, os referidos discursos não só demonstram a existência de múltiplas interpretações, próximas da maneira como as pessoas regem suas vidas, mas fornecem justificações éticas para temas como o aborto e a homossexualidade, em um contexto onde os discursos morais são monopólio dos setores conservadores<sup>137</sup>.

Mesmo que as religiões, em geral, tendam a sustentar as posturas patriarcais e a heteronormatividade, a filosofia de algumas já abarca a inclusão de pessoas LGBT, quais sejam, as de matriz africana. Sem prejuízo das demais, Milton Silva dos Santos afirma que a escolha pelas afro-brasileiras pelas minorias sexuais “se deve ao preconceito, discriminação ou rejeição encontrados em outras denominações hostis às orientações não-heterossexuais”<sup>138</sup>. A Umbanda, por exemplo, considera tão somente o aspecto da afetividade, independentemente da orientação sexual. Inclusive, a própria página eletrônica de estudos umbandistas entende que “As pessoas não se atraem apenas por uma questão sexual de polaridade. [...] também são atraídas por sentimentos de afetividade, admiração e sensualidade [...] independente do sexo ou de sua natureza. [...] Para a Umbanda, o que importa é o amor, o sentimento, o carinho, a afetividade, a convivência e, claro, o respeito”<sup>139</sup>.

<sup>136</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 62.

<sup>137</sup> VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015. p. 80.

<sup>138</sup> SANTOS, Milton Silva dos. Sexo, Gênero e Homossexualidade: o que diz o povo-de-santo paulista? **Belo Horizonte**, São Paulo, v. 6, n. 12, p.145-156, jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/444>>. Acesso em: 31 jul. 2015. p. 148.

<sup>139</sup> **Umbanda e Sexualidade**. Disponível em < <http://umbandaecurto.com/alexandre-cumino/2013/filosofia/umbanda-e-sexualidade/>> Acesso em 31 jul 2015.

Estas religiões, que acolhem a população LGBT com naturalidade, são as que sofrem preconceito em âmbito nacional, cujos integrantes são grosseiramente chamados de “macumbeiros”. Apesar não ser o foco do presente trabalho, ressalta-se a importância de inserção dos segmentos religiosos de matriz africana no espaço político, não só a fim de promover a desconstrução do preconceito cultural – senão do racismo propriamente dito – mas para fins de se ver presente a efetiva pluralidade religiosa que, embora abarcada na constituição, parece não ser uma realidade fática<sup>140</sup>. A partir dessa inserção, poder-se-ia acrescentar às discussões sobre gênero e sexualidade o discurso das religiões de matriz africana, caladas pelo senso comum e ignorância, assim como pelas igrejas mais influentes na América Latina.

Ante o exposto, percebe-se que se a politização reativa implica em uma inscrição estratégica dos discursos seculares, o fenômeno de dissidência encontra sua potencialidade na inscrição pública dos discursos religiosos, em todas as suas vertentes.

Mesmo que inicialmente possa-se considerar superada a questão da inserção das dissidências religiosas no debate público, fato é que estas são sufocadas pelas entidades dominantes, que, mesmo formalmente excluídas daquele espaço, perpetuam o patriarcado e opressões a ele conexas.

Com efeito, inexistindo dúvidas de que a religião figura como um poderoso formador da opinião pública e influenciadora do processo legislativo – mesmo com as devidas vedações –, poder-se-ia abordá-la não mais como uma inimiga do Estado laico ou das minorias, especialmente quando se passa a considerar as suas dissidências como catalizador dos debates travados no espaço público.

Superada a questão atinente às dissidências religiosas, cumpre abordar o fenômeno de reação ao avanço da pauta conservadora através da politização reativa: trata-se da intensificação do discurso sobre a laicidade do Estado, tão inclinado ao laicismo que, seguramente, não se insere num quadro de democracia e pluralidade religiosa. Talvez, como se verá adiante, não se trate de laicismo, mas de um desdobramento do fenômeno denominado “democracia militante”.

---

<sup>140</sup> DIA, o. **Justiça Federal define que cultos afro-brasileiros não constituem uma religião.** Disponível em: < <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-05-16/justica-federal-define-que-cultos-afro-brasileiros-nao-sao-religiao.html>> Acesso em 31 jul 2015.

#### 4.3 A REAÇÃO AO AVANÇO DO FUNDAMENTALISMO: A LAICIDADE MILITANTE

Nos tempos hodiernos, a constatação fática quanto à participação da Igreja no jogo democrático pôs em xeque as bases do que até então se entendia por secularismo. Assim, Ricardo Mariano afirma que “num contexto sociocultural pluralista e formalmente democrático, grupos laicos e laicistas têm intensificado sua luta para obter e assegurar o reconhecimento de seus direitos humanos, sexuais, sociais e reprodutivos”<sup>141</sup>, usualmente “recorrendo [...] à defesa da laicidade estatal contra interferências religiosas [...] no ordenamento jurídico-político e nos órgãos estatais”<sup>142</sup>.

Esta reação exacerbada acaba por dar forma a um discurso eminentemente laicista ou, quando menos, do que poder-se-ia chamar de laicidade militante, uma decorrência da cláusula de democracia militante<sup>143</sup> alcunhada por Karl Loewenstein<sup>144</sup>. Como se verá adiante, o fenômeno diz respeito mais à laicidade militante do que ao laicismo propriamente dito.

Quanto ao termo laicismo, Marco Huaco afirma que “é uma expressão do anticlericalismo [...] que propõe a hostilidade ou a indiferença perante o fenômeno religioso coletivo [...], uma forma de *sacralização* da laicidade que, por isso, acaba por negá-la”<sup>145</sup>.

Diferentemente da laicidade, fenômeno que presume a neutralidade do Estado e é pressuposto da liberdade religiosa, o laicismo diz respeito à aversão a qualquer manifestação da Igreja em espaço público, não necessariamente o político. Huaco, portanto, afirma que o fenômeno acaba por negar a laicidade, haja vista o

<sup>141</sup> MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.238-258, 16 set. 2011. EDIPUCRS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>>. Acesso em: 30 jul. 2015 p. 252.

<sup>142</sup> *Idem*.

<sup>143</sup> ZÚÑIGA URBINA, Francisco. Principios Jurídicos y Democracia: De vueltas a la ‘Democracia Militante’. **Estudios Constitucionales**, Chile, v. 2, ano 10, p.17-56, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/estconst/v10n2/art02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>144</sup> LOEWENSTEIN, Karl. Militant Democracy and Fundamental Rights. *The American Political Science Review*, XXXI, nº 3, p. 417, 1937.

<sup>145</sup> HUACO, Marcos. A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Cap.2, p. 47.

entendimento sobre a irrestrita separação entre Estado e Religião fazer erigir o que poder-se-ia chamar de uma religião civil.

Outro fenômeno é a noção de democracia militante que, nas palavras de Miguel Revenga Sánchez, consiste em um conceito de combate, concebido para agitar as consciências frente à “legalistic self-complacency” de algumas ingênuas democracias, incapazes de advertir que suas regras estavam sendo o “cavalo de Tróia” que permite ao inimigo invadir a cidade<sup>146</sup>. A imposição de uma cláusula de “democracia militante” é uma arma da justiça política e da defesa extraordinária da Constituição, para sancionar pessoas e organizações ou movimentos de minorias. Ou seja, designa a grave patologia da democracia constitucional pautada por um sistema de valores que pretende defender suas minorias transformando-as em inimigos daquela<sup>147</sup>.

Ostenta, inclusive, semelhante lógica ao direito penal do inimigo que, em suma, diz respeito à penalização dos sujeitos não em razão dos delitos praticados, mas pela suposta periculosidade daqueles. Com efeito, conforme assevera Francisco Zúñiga Urbina, a limitação ou detrimento dos direitos fundamentais que pode causar o “direito penal do inimigo” excede o direito de exceção tradicional do constitucionalismo liberal frente às guerras, por exemplo. Trata-se de uma forma de enfrentar um “perigo difuso”, causador de insegurança, habilitando a suspensão temporal de direitos e garantias processuais com a ingerência de maiorias qualificadas do Congresso para a adoção dessas medidas.

Nesse tipo de regime, portanto, “la proscripción de cualquier opinión pública, cualquiera que pueda ser su objetivo político encubierto o declarado, es ilícita. Una sociedad que declara ilegales opiniones políticas como tales, no puede seguir siendo considerada plenamente democrática”<sup>148</sup>. Têm-se, pois, um direito constitucional do inimigo ou mesmo uma “doença autoimune” que viola inúmeros fundamentos constitucionais ao relativizar alguns valores tão somente em função de uma legitimidade e manutenção da ordem social.

<sup>146</sup> REVENGA SÁNCHEZ, Miguel. El tránsito hacia (y la lucha por) la democracia militante en España. **Revista de Derecho Político**, Madrid, n. 62, p.11-31, 2005. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:Derechopolitico-2005-62-1111&dsID=pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015. p. 14.

<sup>147</sup> ZÚÑIGA URBINA, Francisco. Principios Jurídicos y Democracia: De vueltas a la ‘Democracia Militante’. **Estudios Constitucionales**, Chile, v. 2, ano 10, p.17-56, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/estconst/v10n2/art02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015. p. 21

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 23.

Transpondo a questão da democracia militante para o espaço de discussão sobre a laicidade e o laicismo, faz-se possível proceder a uma sugestão conceitual que, *a priori*, parece ser interessante. Antes de adentrar no que se pode denominar um conceito de “laicidade militante”, ressalta-se tratar de uma proposta decorrente de uma intuição, por parte do autor, decorrente das pesquisas realizadas durante o presente trabalho. Propõe-se a referida conceituação com o intuito de enriquecer o tema e, quando menos, suscitar críticas e reflexões que agreguem valor à questão do pós-secularismo.

Assim, sabe-se que a laicidade é princípio implícito instituído da análise sistemática de alguns dispositivos da constituição<sup>149</sup>, cuja existência sustenta um legítimo regime democrático e garantidor de liberdades como, por exemplo, as de expressão e de exercício da religião.

Igualmente, presume-se que o Estado laico ostente neutralidade, a fim de gerir de forma isonômica os distintos segmentos existentes no seio da sociedade sem qualquer influência de entidades religiosas, vez que as religiões geralmente partilham de um discurso conservador, que ao ingressar no âmbito do Poder Legislativo tem o condão de restringir os direitos das minorias sociais, raciais, sexuais, inclusive religiosas. Ainda, deve-se ter em mente que o fenômeno de reação ao discurso conservador das frentes fundamentalistas ganha força e tende a generalizar a religião em sua totalidade como tal.

Neste contexto, emerge um novo discurso moralizante que, sob o manto de um princípio constitucional reitor da democracia, poderá calar qualquer manifestação de crença ou religião do espaço nacional. Cria-se, assim, um comportamento esquizofrênico em que a Igreja em todas as suas variações passa a ser um inimigo oficial do Estado. Em outras palavras, o princípio da laicidade estatal torna-se uma cláusula de laicidade militante.

Frise-se que não se trata nem do fenômeno laicista e, muito menos, da instituição de um Estado ateu, haja vista ambas as configurações não serem pressupostos de uma democracia constitucional. Assim, o que os distingue da laicidade militante é o fato de que esta última, como um desdobramento do direito constitucional do inimigo, acaba violando outras garantias essenciais à democracia e a isonomia, em razão de um suposto inimigo da “neutralidade” do Estado.

---

<sup>149</sup> Cf. Cap. I.

Nesse sentido, aplicam-se à presente questão os ensinamentos de Miguel Revenga Sánchez sobre democracia militante, no sentido de que “alude más bien a formas específicas de protección, que actúan em la dirección opuesta a la de un sistema de libertades gracias al cual es posible concebir, expresar, y aspirar a ver plasmado cualquier proyecto político”<sup>150</sup>. Ou seja, o robustecimento de um discurso que objetiva extirpar do meio público quaisquer manifestações advindas de entidades religiosas não só é antidemocrático como despreza inúmeros preceitos constitucionais tais como a isonomia e liberdade religiosa, em função apenas do imperativo da laicidade estatal.

Em uma Constituição regida pela democracia e demais princípios constitucionais, este tipo de preleção pode vir a se tornar problemático pois passível de gerar uma crise institucional em razão do manifesto desrespeito às demais normas daquela.

Imperioso, pois, fazer uso não só do instrumento da ponderação de princípios, mas observar constantemente a aplicação Unidade da Constituição, instrumentos que garantirão a manutenção da ordem constitucional e da democracia, o que evitará que a laicidade estatal cruze a linha que a torne uma laicidade militante.

---

<sup>150</sup> REVENGA SÁNCHEZ, Miguel. El tránsito hacia (y la lucha por) la democracia militante en España. **Revista de Derecho Político**, Madrid, n. 62, p.11-31, 2005. Disponível em: <<http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:Derechopolitico-2005-62-1111&dsID=pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015. p. 14.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de seu aspecto dinâmico e multifacetado, é possível conceituar a laicidade como a separação entre o poder político e o poder religioso a fim de evitar a interferência direta deste nas questões atribuídas exclusivamente ao Estado – cuja legitimidade decorre, portanto, não de doutrinas religiosas, mas da soberania dos cidadãos, livres e iguais. Ressalta-se, ainda, que o princípio do Estado laico não deve ser entendido como inimigo do clericalismo, muito pelo contrário: a instituição daquele que garante o gozo dos direitos fundamentais da liberdade de crença e isonomia.

Ademais, no âmbito nacional é possível indicar que a institucionalização da laicidade estatal se deu a partir da separação orgânica entre Estado e religião, declarada no Brasil pouco antes de proclamação da República. Isto porque, à época da Constituição do Império, o Brasil era um Estado confessional, cuja religião oficial era a Católica.

Somente a partir da edição do Decreto 199-A ocorreu um drástico rompimento entre as relações com a Igreja Católica. A constituição republicana de 1891 foi a mais rígida da história do País no que toca à separação entre o poder secular e confessional. Apesar disso, as supervenientes modificações consolidaram o que se poderia denominar de um Estado laico em regime de cooperação com organizações religiosas, apenas para algumas questões como, por exemplo, a administração de cemitérios.

Já a Constituição de 1988 – dotada de instrumentos jurídicos para o acesso e defesa de direitos e bens essenciais à vida dos indivíduos e da coletividade – abarca o princípio da laicidade estatal em sua forma implícita a partir da conjugação de diversos elementos que compõe o texto constitucional tais como o direito à igualdade, o direito à liberdade religiosa, a garantia de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, a proibição da privação de direitos por motivo de crença religiosa, a separação entre Estado e Igreja e, ainda, o próprio imperativo da democracia.

Depreende-se também sobre a existência de distintas modalidades institucionais de Estado Laico, vez que esta corrente de pensamento contraiu formas dessemelhantes em resposta às várias reivindicações de determinados contextos e



períodos históricos. O Brasil, por exemplo, pode ser compreendido como um Estado tolerante, variante da qual se manifesta o projeto da laicidade com diferenças salientes, mesmo que parta das premissas basilares do pensamento laico. Implicação lógica é que o Estado, uma vez complacente com os distintos cultos, avaliza a tolerância mútua entre as igrejas, em razão do imperativo da neutralidade (imparcialidade). Neste sentido, a oposição entre razão e dogma valida parcialmente a importância social da religião, haja vista atribuir maior aptidão moral ao crente que ao ateu.

Aliás, ao ponderar que a laicidade não é realizada exclusivamente a partir de sua instituição legal, mas por seu grau de concretização no plano social, as práticas cometidas no domínio estatal sugerem que, ao menos no mundo dos fatos, o Brasil se estabelecesse como um Estado tolerante – sendo notória a relevância da religião para muitos cidadãos brasileiros.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 abarca o Estatuto dos Congressistas, normativa que objetiva afirmar a liberdade do representante do povo ou do Estado-membro no Congresso Nacional por meio de um contíguo de normas que designam prerrogativas e proibições aos congressistas. Este arcabouço normativo comporta a incondicional manifestação do parlamentar quando do exercício de suas imputações perante o Congresso Nacional.

Supostamente, têm-se a impossibilidade de se sustentar um argumento jurídico que comprove a tese da influência religiosa no Congresso Nacional haja vista gozarem os parlamentares de atributos que lhes permitem manifestar-se sobre quaisquer assuntos, deste que sob o exercício de seu cargo político. Isto porque, ao menos no plano das ideias, pressupõe-se que as discussões travadas no Congresso Nacional assumam elevado grau qualitativo em circunstâncias de deliberação que prezam mais pelo produto do debate do que pela simples aplicação da moral e senso comuns.

Apesar do supracitada configuração e ideologização, têm-se a questão do regulamento que estrutura o funcionamento interno das câmaras que constituem o Congresso Nacional, manifestamente incongruente à orientação da Constituição Federal, pois em evidente afronta aos princípios da laicidade estatal e da isonomia.

Com efeito, tanto o Regimento Interno Comum como o Regimento Interno do Senado foram editados em momentos pretéritos ao advento da Constituição Federal e, assim sendo, forma objetos de conformação ao texto constitucional. Isto

não significa que estes não suportem modificações anuais. Tópico inalterado, entretanto, é aquele relativo ao rito de abertura das sessões públicas das casas do Congresso Nacional, que cita a “proteção de Deus” antes de iniciarem-se os trabalhos dos parlamentares, o que evidencia ser a questão da laicidade também um problema interno.

Adiante, figura como catalisador a constatação quanto à intensa pressão e atuação dos fundamentalistas religiosos em espaços políticos, na mídia e no Poder Judiciário, espaços em que os direitos sexuais e reprodutivos são os alvos mais visados por este setor na preparação e aplicação das leis.

Tanto pela estruturação interna da Frente Parlamentar Evangélica, como pelas manifestações de seus componentes, é manifesto, pois, o escopo de reduzir, às minorias em sua generalidade, numerosos direitos desfrutados por ampla parcela da coletividade. Trata-se de uma agremiação emoldurada no ideal heteronormativo em que a moral e ética derivadas da religião se fazem presentes.

Conclui-se, pois, que para além das condutas individuais dos parlamentares fundamentalistas externamente ao Congresso Nacional, que contamina a sociedade com valores antiquados e discriminatórios, sua ação acontece em conjunto em razão do hipotético corolário da proteção da família. Sob essa miragem, encurtam-se os direitos de uma população que, em inadequação com as perspectivas sociais tradicionais, supostamente não teria o direito de infligir seus valores à maioria.

Neste ponto, importa dizer que conquanto as querelas envolvendo a conceituação de família semelhem não conservar relação com o mote da laicidade estatal, a acepção atribuída à expressão, por parte dos fundamentalistas, é inequivocamente religiosa. Em suma, o vocábulo resulta de simples apropriação pela Igreja Católica que ultrapassou milênios e predomina até os dias hodiernos.

Retornando à promulgação da Constituição Federal de 1988, o modelo autoritário e patriarcal tornou-se insustentável, haja vista a instituição de um modelo de família ajustado de acordo com os corolários da igualdade, solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana. Outrossim, as entidades familiares passarem a ser pautadas no afeto, proibidas quaisquer diferenciações quanto aos filhos havidos dentro ou fora do casamento

Ante o exposto, resta inequívoco que a religião, de um jeito ou de outro, está presente internamente no Poder Legislativo internamente em razão das disposições regimentais da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como da articulação de

uma Frente Parlamentar Evangélica naquele local. Por outro lado, a influência se projeta para o espaço externo, através de atividades legiferantes manifestamente discriminatórias ou obstrutoras dos direitos LGBT.

Tendo em vista o panorama exposto, infere-se que nas disputas usuais das relações sociais de poder, o religioso ainda se faz presente com inimaginável expressão no picadeiro público e leis e políticas públicas costumam estar impregnadas de valores religiosos. Este evento ensaia resultados quando se está a falar sobre os cidadãos e seus direitos fundamentais.

Com efeito, o contexto vivido na contemporaneidade faz com que a laicidade volte a ser objeto de discussões não só pela academia, mas pela política como maneira de regular a existência de reminiscências religiosas conservadoras em sociedades cada vez mais plurais, o que reflete também nos debates sobre os direitos sexuais e democratização da política.

A política contemporânea, destarte, passa a ser palco de questões que dizem respeito tanto à religião como à sexualidade que, ao peregrinarem do âmbito privado ao público, calharam a constituir entusiásticas contendidas que cingem a construção do direito, a noção de justiça e a apreensão sobre as capitais exclusões e marginalizações contemporâneas.

Neste diapasão, os conflitos sobre a sexualidade levam a aventar a função das religiões no projeto da laicidade como horizonte normativo democrático, uma vez que o progresso no reconhecimento de direitos que expandem a diversidade e a liberdade sexual provoca o retraimento do religioso. O referido contexto, por sua vez, deságua na reação do segmento fundamentalista deste setor: este fenômeno tem a ver com a defesa de um modelo clássico de família considerado ameaçado pelo pluralismo das sociedades contemporâneas.

Assim, em razão do conflito entre o reconhecimento de direitos das minorias sexuais e o retorno de entidades religiosas no jogo democrático é que se passa a impugnar os alicerces da laicidade estatal por meio de algumas teorias, estas que teriam o intuito de promover um melhor juízo dos tumultos travados entre religião e pluralismo no seio de uma democracia constitucional.

Nesta toada, é admissível indicar uma série de posturas não necessariamente coerentes, que vão desde aqueles que ponderam o imperativo de se promover o ajuste das teorias sobre a secularização e a laicidade. Por outro lado,

têm-se aqueles que asseveram que tais teorias devem ser largadas e suplantadas para que se possa dar conta da política contemporânea.

Como um dos fenômenos emergentes da supracitada contextualização, têm-se a politização reativa, compreendida como uma série de modificações na articulação entre religião e política que abarcam os atores, os argumentos e as táticas empregadas para resistir às conquistas relacionadas aos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Igualmente, têm-se o menoscabo da relevância das dissidências internas religiosas, cuja legitimação política incrementa o debate das referidas pautas no âmbito político. Isto porque no tocante ao gênero e à sexualidade, tende-se a generalizar o religioso como o sustentáculo do patriarcado, mas não como uma instância capaz de promover ações liberalizadoras e progressistas.

Por fim, face ao fenômeno da politização reativa insurge a contrarreação ao avanço do conservadorismo religioso no domínio político através do uso do imperativo constitucional da laicidade estatal. Tais atos perpetrados em defesa do referido princípio, embora com o intuito de afastar o progresso da pauta conservadora no âmbito nacional passam a assumir o que, em um esforço conceitual, poder-se-ia designar de laicidade militante, por analogia ao conceito de democracia militante.

Em outras palavras, é o incremento do discurso sobre o imperativo da laicidade estatal, que sob a corolário da manutenção da ordem democrática, faz erigir um quadro esquizofrênico ao enquadrar como inimigos do Estado a igreja em sua totalidade. Trata-se de uma “doença autoimune” pois o objetivo de manter a democracia acaba minando o próprio sistema ao violar preceitos constitucionais tão importantes quanto a laicidade estatal.

O que se conclui, pois, é que a temática de religião está longe de ser incontroversa, inclusive, quando se trata diretamente de questões que abarcam os direitos das minorias sexuais. Longe de ser exauriente, evidencia-se a necessidade de promover um esforço conceitual a fim de redefinir os espaços que dividem o religioso do secular. Isto porque, a inclusão de entidades religiosas no espaço público pode servir de catalisador ao avanço das pautas de caráter progressistas.

Obviamente, neste caminho deve-se tomar cuidado a fim de não se fornecer aos denominados fundamentalistas o material que eles precisam para calar as

minorias em nome de uma suposta maioria, ainda mais sabendo que a legislatura 2015-2018 é a mais conservadora dos últimos tempos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JR., José Maria G. de. **Inconstitucionalidade de proposições e outros trabalhos parlamentares de caráter religioso (princípio da laicidade)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/300836.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2015. p. 3

BASTOS, Celso Ribeiro; MEYER-PFLUG, Samantha. Do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 36, jul. 2001. Mensal.

BLANCARTE, Roberto (Comp.). **Laicidad y valores en un Estado democrático**. México, El Colegio de México y Secretaría de Gobernación, 2000.

BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BRASIL – Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Resolução nº 93, de 1989. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

BRASIL – Senado Federal. **Regimento Interno do Senado Federal**. Resolução nº 93, de 1970. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/regs/>>. Acesso em 2 mar.2015.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 1 mar. 15

CAGGIANO, Monica Herman Salem. **Direito Parlamentar e Direito Eleitoral**. São Paulo: Manole, 2004.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

**Católicas pelo Direito de Decidir**. Disponível em <<http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/>> Acesso em: 07 jun. 2015.

CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332). Acesso em: 19 Abr. 2015

EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 5, p.144-172, 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/744>. Acesso em: 19 abr. 2015.

FPEBRASIL. **Para Eduardo Cunha a maioria da sociedade é conservadora**. Disponível em <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/335-para-eduardo-cunha-a-maioria-da-sociedade-brasileira-e-conservadora> Acessado em: 20 abr. 2015.

GALDINO, Elza. **Estado sem Deus**: a obrigação da laicidade na Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GALLEGO, Roberto de Almeida. **O sagrado na Esfera Pública**: Religião, Direito e Estado Laico. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2010. p.119.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. **La lengua de los derechos**: La formación del Derecho Público europeo tras la Revolución Francesa. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

HUACO, Marcos. A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Filiação – **Direito ao Estado de Filiação e Direito à Origem Genética**: Uma Distinção Necessária. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, Belo Horizonte: IBDFAM, v.5, n.19, p. 133-156, ago.-set. 2003.

LOEWENSTEIN, Karl. **Militant Democracy and Fundamental Rights**. The American, 1937.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.238-258, 16 set. 2011. EDIPUCRS.. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>>. Acesso em: 30 jul. 2015

MARCHIONNI, Antonio. **Ética: a arte do bom**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ato da Mesa Nº 69, de 10/11/2005**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MILOT, Micheline. A garantia das liberdades laicas na Suprema Corte do Canadá. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. **El activismo católico conservador y los discursos científicos sobre sexualidad: cartografía de una ciencia heterosexual**. Revista Sociedad y Religión. Vol. 22, nº 37, 2012. p. 167-205.

NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Tratado de Direito Constitucional**: Volume I. São Paulo: Saraiva, 2012. p.1303. Ebook.

ORO, Ari Pedro. A laicidade na América Latina: uma apreciação antropológica. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

OUTERSPACE. **Eduardo Cunha conduz culto evangélico na câmara**. 2015. Disponível em: <<http://forum.outerspace.terra.com.br/index.php?threads/eduardo-cunha-conduz-culto-evangelico-na-camara.411509/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

**Parecer referente ao Projeto de Lei 6583/13**. p. 15 Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287153&filename=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013)> Acesso em 17 abr. 2015.



PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Vol. V. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PIERUCCI, Antonio Flavio. Estado Laico, Fundamentalismo e a Busca da Verdade In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista Para A Democracia, 2006. Cap. 1, p. 5. Disponível em: <[http://aads.org.br/arquivos/EL\\_2006.pdf](http://aads.org.br/arquivos/EL_2006.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PILAU, Newton César **Teoria Constitucional moderno-contemporânea e a positivação dos direitos nas constituições brasileiras**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo – UFP, 2003. p.66.

**Projeto de Emenda Constitucional 12/2015**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1313782&filename=PEC+12/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313782&filename=PEC+12/2015)> Acesso em: 18 abr. 2015.

**Projeto de Lei 6583/13**. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> Acesso em: 20 abr. 2015.

**Projeto de Lei nº 6583/13 – Voto em Separado**. p. 1. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1295008&filename=VTS+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295008&filename=VTS+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013)> Acesso em: 17 abr. 2015.

RODRIGUES, Kauara et al. **Los fundamentalismos religiosos y políticos como amenaza para los derechos de las mujeres**: desafíos para el Poder Legislativo en Brasil. Brasília: CFEMEA, 2010.

RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 14, p.111-138, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200111&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

REVENGA SÁNCHEZ, Miguel. El tránsito hacia (y la lucha por) la democracia militante en España. **Revista de Derecho Político**, Madrid, n. 62, p.11-31, 2005. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:Derechopolitico-2005-62-1111&dsID=pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SALAZAR UGARTE, Pedro. **La laicidad: antidoto contra la discriminación**. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, 2007, 63 pp.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios Constitucionais Eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton Silva dos. Sexo, Gênero e Homossexualidade: o que diz o povo-de-santo paulista? **Belo Horizonte**, São Paulo, v. 6, n. 12, p.145-156, jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/444>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partidos dos Trabalhadores (52° a 54° Legislatura)**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014\\_GustavoTadeuReisSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014_GustavoTadeuReisSilva.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

**Umbanda e Sexualidade**. Disponível em < <http://umbandaeucurto.com/alexandre-cumino/2013/filosofia/umbanda-e-sexualidade/>> Acesso em 31 jul 2015.

VAGGIONE, Juan Marco (Org.). **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. (Colección de Cuadernos "Jorge Carpizo"). Disponível em: <[http://catedra-laicidad.unam.mx/?page\\_id=122](http://catedra-laicidad.unam.mx/?page_id=122)>. Acesso em: 30 maio 2015.

VAGGIONE, Juan Marco. Entre Reactivos y Disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In: (ORG.), Rosário Ortiz Magallón. **Estado laico, condición de ciudadanía para las mujeres**. México: Centro de Produccion Editorial, 2007. p. 67-82. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=2512>>. Acesso em: 28 maio 2015.

VENTURA, Mirian. Pontos de contato constitucionais entre Estado e Instituições Religiosas. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista Para A Democracia, 2006. Cap. 4, p. 13. Disponível em: <[http://aads.org.br/arquivos/EL\\_2006.pdf](http://aads.org.br/arquivos/EL_2006.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

ZÚÑIGA URBINA, Francisco. Principios Jurídicos y Democracia: De vueltas a la 'Democracia Militante'. **Estudios Constitucionales**, Chile, v. 2, ano 10, p.17-56, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/estconst/v10n2/art02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ZYLBERSTAJN, Joana. **O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. 2012. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 30. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/pt-br.php>>. Acesso em: 20 nov. 2014.